



EM DEFESA DA REVOLUÇÃO E DITADURA PROLETÁRIAS

MASSAS

ÓRGÃO BISSEMANAL DO PARTIDO OPERÁRIO REVOLUCIONÁRIO
MEMBRO DO COMITÊ DE ENLACE PELA RECONSTRUÇÃO DA IV INTERNACIONAL
ANO 24 - Nº 480 - DE 13 A 27 DE JULHO DE 2014 - R\$ 3,00

Preparar a classe operária para resistir à onda de demissões

- **Convocar assembleias em todos os sindicatos**
- **Aprovar as reivindicações unitárias que defendem os postos de trabalho e o emprego a todos**
- **Responder às demissões com o método da ação direta e com a independência de classe**
- **Organizar a campanha nacional contra as demissões**

Unidade de todos os movimentos contra a repressão!

Realizado o 46º Congresso do POR boliviano

Não ao massacre dos palestinos!
Derrotar a ofensiva sionista!



Oposição revolucionária a Dilma

Acabou a Copa do Mundo! Manter vivo o movimento pela soberania das ruas! Levantar as reivindicações que unem os explorados e a juventude! Construir os comitês de base! Pela constituição da frente única de luta, independente da burguesia e de seus governos!

As festividades programadas desde o governo Lula e executadas pela sua sucessora, Dilma Rousseff, concluiu com a derrota da seleção brasileira por 7 a 1 para a Alemanha. O vínculo entre o espetáculo futebolístico e a política é evidente.

Lula fez uma grande propaganda sobre o fato de seu governo ter obtido a confiança da Fifa e ser escolhido como sede dos jogos. Tratava-se de um bom momento da economia e da projeção da política exterior do caudilho petista. Imaginava-se que era possível o “crescimento sustentável” e o reconhecimento pelo imperialismo da importância do Brasil. A Copa confluía com a política do “desenvolvimento com inclusão social”.

O exitismo do lulismo logo se mostrou vazio de realidade. Em fins de seu governo, eclodiu a crise mundial nos Estados Unidos, que imediatamente se expandiu para a Europa Ocidental e de lá para o restante do mundo. Dilma Rousseff, assim, não teve a seu favor as correntes favoráveis do comércio internacional e o poderoso fluxo do capital financeiro para as semicolônias. Nesse novo quadro, já não era possível cumprir o sonho de Lula de um evento cheio de luzes, que demonstrasse aos povos dos quatro cantos do globo terrestre a pujança do Brasil e a validade da política do PT.

A crise mundial de superprodução impôs limites ao crescimento interno (em uma média de quase 5% ao ano). A economia brasileira entrou em declínio. Por mais que Dilma tenha se esforçado para evitar a queda do crescimento, favorecendo as multinacionais e alguns setores nacionais, não pôde conter as pressões negativas externas e internas, rigidamente interligadas.

Neste ano, o País crescerá um pouco acima de 1%. Aproxima-se da recessão. A drástica virada afetou todos os fatores econômicos. Modificaram a posição de ascenso para descenso, do equilíbrio para o desequilíbrio. Afloraram e afloram as contradições entre as forças produtivas (força de trabalho e meios de produção) e as relações de produção (exploração do trabalho, propriedade monopolista dos meios de produção e distribuição). A potencialidade de crescimento se choca com as travas dos monopólios e com o saque financeiro da nação.

A classe média endividada, a classe operária cheia de esperança em manter seus empregos (parte dela também está endividada), uma massa de jovens sem perspectiva, a precariedade das condições de vida urbana (saúde, educação, habitação e transporte coletivo) e um grande contingente de camponeses enterrados na miséria já não se conformam com a espera de dias melhores. O assistencialismo burguês dos governos petistas afunda com a queda do crescimento, com a inflação em alta e com o salário mínimo de fome.

Já não se tem a sensação do emprego seguro. Já não há a certeza para os assalariados de poder pagar em dia as dívidas, as prestações. As enormes chagas do capitalismo no Brasil – com suas gigantescas favelas, com as discriminações e com a violência policial – pulsam à luz do dia. Está aí por que o impressionante gasto com a Copa não poderia passar despercebido e impune.

Os bilhões gastos para atender as exigências da Fifa são comparáveis com os hospitais caindo aos pedaços, aos milhões que não têm como pagar aluguel, aos bairros e favelas com seus esgotos a céu aberto e aos sem-terra e sem-teto vivendo sob lona. Os capitalistas lucram com os negócios da Copa e as massas oprimidas ficam com o espetáculo animado pela TV. Mas não foi tão fácil à massiva propaganda governamental e aos acólitos da burguesia em convencer parte da população de que se tratava de uma demonstração de um Brasil capaz de sediar o mais esperado acontecimento de conagração dos povos. É com tais máscaras que se acoberta a bárbara negociação capitalista de como usar um país semicolonial e repleto de miseráveis para movimentar seus negócios à custa do Tesouro Nacional.

Eis por que a bandeira do POR foi a de “Abaixo a Copa dos capitalistas e dos ricos”, “Pelo atendimento imediato das reivindicações dos explorados”!

Agora, a Copa chegou ao fim com a derrota de 7 a 1 do Brasil. A des-

moralização dos promotores brasileiros da Copa foi tão grande que já não importa quem ficará com a Taça. Os explorados que foram arrastados pela bandeira e pelas camisetas amarelas murcharam no cantinho de sua incompreensão da política burguesa.

Os petistas ficaram sem um trunfo para a campanha eleitoral. A oposição (PSDB, PSB, DEM, etc.) colherá sem trabalho os frutos do fracasso. A direita burguesa que aspira ver o PSDB de volta ao poder tem mais um motivo para questionar a má administração do governo federal. Os comentaristas que muito ganham para empolgar os seus ouvintes procuram os culpados para o vexame mundial. Reclamam que o Brasil já não é o país do futebol. Elogiam a Alemanha por sua disciplina e competência. A profissionalização, os grandes negócios e a corrupção são, no entanto, a forma a que chegaram os esportes e, particularmente, o futebol. Não expressa a real vida social das massas.

Apesar de tudo isso, há correntes de esquerda que fecharam os olhos para o fato da Copa do Mundo ser um grande negócio. Insistem na tolice de que o futebol é um esporte das massas. Não faltaram os oportunistas de esquerda para vangloriar o nacionalismo desportivo. Sofreram com os 7 a 1.

O fundamental, no entanto, é que o movimento de junho de 2013 não foi dissolvido pela ação dos governos estaduais e federal. Não se repetiram manifestações massivas, mas quase que diariamente um contingente ganhou as ruas em São Paulo, Rio de Janeiro, etc. Foram necessárias uma grande campanha burguesa e uma poderosa ação da Polícia Militar, Federal e da Força Nacional de Segurança Pública contra os movimentos.

O aparato de segurança e a repressão indicaram a que ponto chegou o Estado policial no Brasil, mascarado com a democracia oligárquica.

O saldo positivo foi que os movimentos não recuaram diante da Tropa de Choque, do esquadrão Ninja de Alckmin, das balas de borracha, das prisões e até de tanque de guerra (usado na partida em que os Estados Unidos disputaram no estádio de Natal, RN). O recrudescimento das leis antidemocráticas e as prisões alertaram para a necessidade de pôr em pé os Comitês de Defesa contra a Repressão. É preciso ampliá-los em rede nacional e fortalecer os já existentes.

Está colocado um balanço crítico do divisionismo que tem imperado no movimento, imposto pelas direções. A luta e a repressão evidenciaram a necessidade de constituição de uma frente única sobre a base da ação direta e da organização independente, que expresse as reivindicações dos explorados e a democracia proletária.

Desde as grandes manifestações de junho de 2013, o País entrou em uma nova etapa da luta de classes. A política de conciliação do PT, de seus governos e de sua burocracia sindical está em choque com o desenvolvimento da crise econômica e com as necessidades mais prementes dos explorados. Não por acaso, a indústria está perto da recessão. As fábricas estão demitindo e contratando pouco.

A classe operária ficou à margem das lutas do período. Mas setores do proletariado não fabril deram sinal das greves que estão por vir. A violência como Alckmin enfrentou a greve dos metroviários mostrou a necessidade de politizar a classe operária, fortalecer sua organização coletiva e elevar sua consciência revolucionária. Os estudantes das universidades estaduais de São Paulo estão inquietos. A greve de professores e dos funcionários exige constituir uma direção classista e um programa que rompa o corporativismo. Torna-se cada vez maior a exigência de conquistar a unidade dos trabalhadores e da juventude em luta. A constituição dos comitês de base e a centralização do movimento como uma só força são fundamentais para enfrentar um novo período de ascenso aberto em junho de 2013.

O Partido Operário Revolucionário trabalha por organizar a luta empunhando o programa da revolução proletária. Convoca a vanguarda a romper com o oportunismo e com o centrismo e fortalecer as fileiras do marxismo-leninismo-trotskismo.

Manifesto do Partido Operário Revolucionário

Liberdade a Fabio Hideki e Rafael Marques!

Fim de todos os processos políticos contra manifestantes!

Readmissão de todos os demitidos políticos e eliminados!

Fim dos cercos policiais às manifestações!

Fim de toda legislação repressiva: lei anti-greve, lei da copa, lei anti-terrorismo, leis anti-mobilização!

Pelo direito de greve! Fim da intervenção judicial sobre os sindicatos! Fim das multas!

Pela liberdade de manifestação e expressão! Pelo direito de se mobilizar pelas reivindicações!

Romper o corporativismo e formar os comitês de base unitários e de luta para enfrentar a repressão!

Os capitalistas e seus governos têm agido de forma centralizada e unitária contra os movimentos sociais. O governo, a justiça, a polícia, a imprensa e até os partidos governistas dentro das assembleias, todos atuam contra a disposição das massas em levarem às ruas suas manifestações e exigirem o atendimento das reivindicações diretamente dos governantes e dos capitalistas, afetando a produção com a soberania da ocupação massiva das avenidas.

Prisões e reativamento dos processos: unidade dos exploradores contra os explorados

Existe uma verdadeira campanha da burguesia para que se proibam as manifestações de rua.

As prisões arbitrárias e ilegais de Hideki e Rafael por policiais infiltrados, numa manifestação pacífica que exigia justamente o fim da repressão, estão sendo usadas como exemplo contra os protestos. Num conluio extremamente dinâmico, instaurou-se inquérito com provas comprovadamente plantadas, decretou-se a prisão preventiva e se encarcerou Hideki num presídio de segurança máxima. Todos os recursos jurídicos em favor do preso foram flagrantemente desrespeitados, e as liminares de soltura negadas. A ordem das prisões, tudo indica, partiu diretamente do governador Alckmin. Além dessas, há centenas de presos que não ficam detidos mas sofrem processos. E há prisões que são mantidas em segredo e outras que não envolvem ativistas, mas que ocorrem nas manifestações.

Os processos contra estudantes que se mobilizaram na USP, Unifesp, Unesp estão todos tendo andamento e dezenas de ativistas do MPL foram intimados a depor. Na Unifesp, saiu a condenação dos ocupantes da reitoria de 2012, na greve que garantiu a construção do prédio da universidade no bairro operário dos Pimentas. Na USP, os processos contra os ocupantes da Moradia Retomada (2010), despejados em 2012, foram reativados e haverá audiências nos próximos dias. A justiça pretende impor restrições aos acusados de forma a que não possam participar das manifestações.

Os 42 metroviários demitidos por justa causa durante a última greve são outro exemplo da ação centralizada da burguesia: foi o próprio governo quem diretamente impôs as demissões por cima da direção da companhia do metrô.

O que se vê é que os capitalistas clamam, por meio da imprensa, que governo, judiciário e polícia ajam para acabar de vez com as lutas nas ruas. A crise capitalista se aprofunda e para os exploradores é necessário tomar medidas de proteção ao capital, que vão recair sobre as massas, com arrocho salarial, demissões e cortes de direitos sociais. As massas nas ruas são um obstáculo à imposição dessas medidas, e tem de ser

removido.

Divisão dos explorados diante dos exploradores

Os ataques dos capitalistas e seus governos recaem sobre os movimentos que lutam pelas mesmas reivindicações, mas de forma fragmentada. As manifestações de rua se dispersam em dezenas, espalhadas e sem centralização. No dia 15 de maio, em São Paulo, dezenas de milhares saíram às ruas em vários protestos ao longo do dia, todos divididos pelas direções corporativistas.

A repressão recai sobre todas as manifestações, até mesmo sobre aquelas que não têm como objetivo a ocupação das ruas. Os cercos policiais, a repressão com bombas e balas de borracha, as prisões arbitrárias, são desfechados contra os explorados. Mas os movimentos respondem de forma separada a cada ataque. Exemplo disso se viu em São Paulo, onde, na mesma semana, houve protestos contra as prisões de Hideki e Rafael, intimações ao MPL e contra as demissões dos metroviários, cada um num dia e local diferente, e os organizadores de um se recusavam a ir às manifestações dos outros. Os atos minoritários sofreram assim a repressão com maior fragilidade.

A forma de enfrentar a centralização política da burguesia contra os movimentos é por meio da centralização política e organizativa das massas contra ela. É preciso romper com o corporativismo das direções e impor a unidade das massas nas ruas. A soberania das massas contra a repressão será exercida com a presença unitária de milhares, empunhando suas reivindicações mais sentidas e com total independência diante da burguesia, seus partidos e organizações.

A democracia como máscara do Estado policial

Esgotada a ditadura militar, a classe dominante passou a exercer seu poder político por meio de uma democracia mutilada. As massas foram chamadas a escolher seus algozes por meio do voto, a confiarem no parlamento para resolver seus problemas e a se submeterem à exploração de classe sob a nova roupagem do regime político.

Mas a crise capitalista impõe a necessidade de proteção do capital a fim de aumentar a superexploração e esmagar as massas, despejando sobre elas o custo da crise. Em todo o mundo, as massas se levantam contra as medidas centralizadas dos governos e dos capitalistas, indicando uma nova etapa da luta de classes.

No Brasil, a crise vem se manifestando de forma atrasada em relação à crise mundial. Mas as massas também ingressam na nova etapa a partir de junho do ano passado. Passam a impor a soberania nas ruas com centenas de milhares, inviabilizando a repressão direta.

Ao longo do governo dito democrático do PT, se foram criando mecanismos de aumento da repressão aos movimentos: a criação da Força Nacional de Segurança e a aprovação de uma série de leis contra os movimentos criaram um terreno fértil para o acirramento da repressão aos movimentos sociais. Os governos estaduais, inclusive os da oposição burguesa, trabalharam em equipe com o governo federal do PT para apertar o cerco contra as manifestações. Reativaram uma série de mecanismos próprios da ditadura militar, agora com respaldo legal. Estabeleceram um regime de Estado Policial sob a máscara da democracia burguesa.

O retrocesso do movimento operário, amordaçado pela burocracia sindical autoritária e governista, permitiu que progressassem as medidas de estrangulamento da democracia política. Enquanto o funcionalismo e os estudantes se mobilizavam e iam sendo duramente massacrados pelas medidas autoritárias, os sindicatos operários batiam palmas à política de “inclusão social” do governo, e assinavam acordos que permitiram elevar a superexploração do trabalho.

A capitulação política em duas formas

Correntes de esquerda dentro e fora do PT têm feito uma campanha de defesa do governo Dilma diante de um suposto movimento golpista da burguesia para derrubá-lo. O acirramento da luta de classes e a ampla desenvoltura autoritária do governo do PT contra as manifestações mostra que é esse mesmo governo que cumpre as necessidades capitalistas de aumento da repressão sobre os movimentos. É pela atitude do governo do PT que se expressa o desnudamento da ditadura de classe da burguesia diante do levante das massas. É o governo Dilma que encabeça o Estado Policial instalado no país. A defesa desse governo nesse

Balanço dos Atos de São Paulo:

Unidade nos Atos para combater a Unidade Repressiva do Estado Burguês

Na semana seguinte às prisões de Fábio Hideki e Rafael Marques, alguns movimentos responderam com atos nas ruas. Porém, estes atos foram realizados de forma fragmentada, cada movimento fez o seu. Ou seja, falta unidade dos movimentos para o enfrentamento à repressão do Estado policial, que atua com coesão de todos os setores da burguesia para calar os que se levantam.

Nos dias 26 de junho e 1 de julho, foram organizados atos contra as prisões pelo Coletivo ‘Sem direitos não vai ter Copa’. O primeiro foi impedido de marchar pelas ruas pelo intenso cerco policial (tropa de choque, tropa de braço, cavalaria), e o segundo foi chamado como ato/ debate, ocorreu parado em uma praça, e, mesmo assim, o Estado policial atuou com todo seu aparato repressor para dispersar o movimento, o que resultou em 6 prisões, entre elas as de dois advogados. Um dos advogados presos ainda foi espancado. Tudo isto em um ato parado!!

No dia 2 de julho, ocorreu um ato contra a repressão pelo MPL (Movimento Passe Livre- SP). No dia 3 de julho, funcionários da USP, sem terra, sem teto e metroviários fizeram uma marcha nas ruas contra as prisões de manifestantes. Estes atos foram importantes, pois diante do aumento dos ataques dos

quadro é uma capitulação política que desarma as massas oprimidas no seu enfrentamento.

Outro setor da esquerda, diante da repressão governamental, passa a mudar seu comportamento. Pretende se apresentar à burguesia, sua justiça, sua repressão e seus meios de comunicação como não passível de punição. Ataca ferozmente aqueles que não se submetem à imposição do chamado pacifismo das manifestações, pacifismo que as inutiliza como arma coletiva das massas para enfrentar o aparato da burguesia. Divide o movimento, recusando-se a defender setores reprimidos, recusando sua participação em seus atos.

Frente única para enfrentar a repressão

Diante do acirramento da repressão, está colocada a unidade total dos movimentos contra os ataques dos capitalistas e seus governos.

Constituir em toda parte os comitês de luta contra a repressão. Unificá-los nacionalmente. Organizar sua atuação em todas as assembleias, comandos de mobilização e de greve, junto a todos os sindicatos e demais organizações dos trabalhadores e da juventude, de forma a defender a unidade na defesa dos reprimidos contra os capitalistas e seus governos, empunhando as reivindicações gerais e mais sentidas pelas massas, ligando-as à defesa dos atacados e à defesa do direito democrático elementar de se mobilizar pelas reivindicações.

A via segura para conquistar a unidade dos explorados e avançar a luta no terreno da independência de classe é construir uma direção capaz de expressar em seu programa a independência de classe, isso é, o seu partido revolucionário.

Viva a unidade dos explorados e da juventude oprimida!

Derrotar o Estado policial com a soberania das massas nas ruas!

governos ao conjunto dos movimentos sociais, foram realizados nas ruas, apesar do cerco policial. Mas, ainda é preciso superar o divisionismo dos movimentos. Foram atos contra a repressão, nos quais suas direções falam da unidade dos movimentos, mas na prática sequer convocam um ato conjunto. Isto faz com tenhamos atos com 300 a 400 pessoas diante de cerca de 2.000 policiais.

Só conseguiremos enfrentar o cerco policial e fazer as marchas nas ruas com um movimento massivo. A divisão dos movimentos só nos enfraquece.

Os ataques às condições de vida intensificam os choques entre as massas e o Estado burguês. É sobre a base da defesa do emprego e do salário que devemos chamar a unidade dos oprimidos. A unidade sobre a pauta de reivindicações que defende a vida da maioria nos dará força não apenas para enfrentar a repressão, mas para arrancar nossas reivindicações.

Ato Pela Readmissão dos Metroviários

No dia 3 de julho, ocorreu na Faculdade São Francisco da USP o ato chamado pelo sindicato, contra as demissões dos 42 metroviários durante a greve. Este ato foi feito em um lugar fechado, não levou para as ruas a denúncia da violência do



Estado que demitiu os trabalhadores do metrô que lutavam por salário, ou seja, em defesa de suas condições de vida. O presidente do sindicato dos metroviários e membro da Executiva Nacional da CSP-Conlutas, Altino Prazeres, fez a abertura com um breve relato da greve. Citou o apoio popular, diante de um período de mobilização de alguns setores, mas quando a imprensa fez um papel de jogar a população contra a greve. Porém, o presidente do Sindicato não fez um balanço político da importância da greve do Metrô e qual o interesse da burguesia em sufocá-la em poucas horas. A greve do metrô ataca diretamente os interesses capitalistas, com o metrô parado os trabalhadores não chegam aos seus locais de trabalho, o que faz que atinja outros setores, tudo isto nas vésperas do megaevento da burguesia. Por isso, o governo do Estado de São Paulo, com apoio do governo Dilma, enviou a tropa de choque para impedir os piquetes no interior das estações, prendeu 13 e demitiu 42 trabalhadores grevistas.

Foi um ato acadêmico, com a participação do jurista e professor da Faculdade de Direito de São Paulo, Jorge Luiz Souto Maior, e do ex-presidente da Ordem dos Advogados do Brasil de São Paulo. O ato começou com quase uma hora e meia de atraso. Os intelectuais falaram por quase meia hora. Foi dada uma aula aos demitidos sobre história da repressão do Estado aos movimentos sociais. Foi explicado que se trata de uma perseguição política que tem toda a superestrutura ideológica do Estado, como meios de comunicação e igrejas, que jogam a população contra o movimento grevista. Diante de tanto levantamento histórico, faltou deixar bem claro que a readmissão só será possível com um movimento massivo nas ruas com unidade de outros setores, a exemplo do que ocorreu em junho de 2013 e com os garis no Rio de Janeiro.

Entre as falas ainda foram abertas, sem tempo determinado, para os parlamentares Carlos Gianazzi (deputado Estadual do PSOL-SP), que a usou para atacar eleitoralmente o PSDB, dizendo que os verdadeiros criminosos são os envolvidos como a corrupção no Metrô transportes e no caso Alstom; e Leci Brandão (PCdoB-SP), que fez a defesa dos demitidos via parlamento com o Projeto Lei que pede anistia para os demitidos em 2007 e 2014. Não houve fala para o plenário, apenas para entidades e organizações presentes, com tempo de 3 minutos.

O POR, em seus três minutos, fez a defesa da unidade dos movimentos sob as bandeiras que defendem a vida da maioria oprimidos, salário e emprego e pelo direito de manifestação. Além disso, como nos diferentes espaços, defendemos a bandeira de expropriação do transporte e controle operário, já



que os interesses dos capitalistas estão em oposição às necessidades da população que o utiliza e aqueles que trabalham no transporte.

Fizemos também a denúncia da ação gangsteril da direção do Sindicato dos Metroviários (PSTU) no ato do dia 12 de junho, que fez um cordão de isolamento no “seu” ato contra a Copa, impedindo a unificação com o outro ato (“Sem direitos não vai ter copa”), sob o argumento de não se misturar com “mascarados” e acusando os manifestantes de provocadores da repressão. Diante do ataque da polícia, chamaram o ato a entrar no sindicato, os militantes do PSTU piquetaram também o portão do sindicato, restringindo a entrada àqueles que eles julgavam não ter aparência de black block, inclusive metroviários opositores, enquanto a polícia jogava bombas e atirava nos manifestantes. Independentes e militantes do POR foram agredidos enquanto seguravam o portão do sindicato para impedir que a polícia golpeasse os que ficassem lá fora.

Ao fim de nossa fala, o presidente do Sindicato dos Metroviários nos acusou de mentirosos, dizendo que queríamos atacar o sindicato.

Não existe nada de sectário em fazer a crítica à prática do PSTU, que diante de 42 demissões e 13 prisões, defendeu o fim da greve depois de o estalinismo e o reformismo terem conseguido suspendê-la. A derrota dos metroviários foi uma derrota de toda a classe operária e dos explorados, e uma vitória da política repressora da burguesia que avança sobre os que lutam por suas reivindicações. Considerando ainda que se trata de uma Central Sindical que poderia fortificar a greve, impulsionando a mobilização de outros setores, como metalúrgicos de São José dos Campos.

Diante do ataque do Estado burguês contra a greve e cerco da Tropa de Choque ao sindicato no dia 12, a direção do PSTU faz coro com a burguesia contra os manifestantes “mascarados”. Queriam ter um ato “vitorioso” enquanto companheiros que vêm às ruas para defender as bandeiras do movimento são violentamente reprimidos. Ou pior, os que se opuseram à política de abandonar manifestantes sob a violência da polícia foram agredidos. Não podemos admitir esta política no interior do movimento. Os militantes do PSTU, assim como outras organizações, devem rechaçar a agressão como método de resolver as divergências políticas.

Pela Readmissão dos 42 metroviários!

Convocar todos os setores em defesa do direito de greve! O direito de greve será arrancado nas ruas com unidade de todos os setores em defesa de salário mínimo vital e emprego!

O bloqueio da unidade levou os movimentos à derrota

Durante o primeiro semestre de 2014 observamos, em São Paulo, vários movimentos em luta, por melhores condições salariais e trabalho. Inicialmente, os preparativos para a organização dos movimentos contra a Copa do Mundo (desde março); a luta dos motoristas de ônibus da capital (20/4 e 21/4); o MTST que ocupou vários terrenos e prédios, exigindo do governo que atendesse suas reivindicações de moradia (desde abril); os trabalhadores em educação do município, que se mantiveram em greve por 42 dias (23/4 a 03/06). O próprio funcionalismo municipal, que iniciou sua greve em 03 de junho. Os trabalhadores das universidades da USP, UNESP, UNICAMP (desde 27/5). Por último, e de maior importância, a greve dos metroviários (05/6 a 09/6).

A greve dos condutores de ônibus terminou antes da dos metroviários, que não fizeram nenhum esforço para decretar a greve no mesmo período. A dos trabalhadores em educação, concluiu no dia 03 de junho sem que o funcionalismo se unificasse. Ironicamente, no momento em que seu acampamento foi desmontado em frente da Prefeitura, no mesmo local, os funcionários públicos municipais iniciavam seu movimento grevista. No dia 05 de junho, teve início a greve dos metroviários, com piquetes nas estações de metrô expressando radicalização do movimento. No mesmo dia, foi marcado um ato pelas entidades dos grevistas das universidades. Contudo, estavam em locais separados dos metroviários.

No dia 12 de junho, quando já havia terminado a greve dos metroviários, com um saldo de 42 demissões, houve o ato contra a Copa. O MTST retirou sua participação em troca de uma barganha com o governo Dilma e esvaziou o ato. Neste ato, ficou evidenciado, com mais

clareza, como os movimentos estavam separados. Na região do metrô Carrão, estava organizada uma das manifestações e outra em frente ao sindicato dos metroviários, chamada por este sindicato e seu partido (PSTU). Ou seja, duas quadras separavam os movimentos contra a Copa. Com a intensa repressão desferida pela polícia do governo, os manifestantes do Carrão foram obrigados a se aproximarem do local onde se encontrava a dos metroviários. No entanto, os militantes do partido foram proibidos, por sua direção, de qualquer aproximação, mesmo estando na mesma rua. Conclusão: a polícia não teve dúvida e reprimiu as duas manifestações ao mesmo tempo.

Com se vê, as burocracias sindicais e a organização dos movimentos sociais são responsáveis diretas pelo fracasso das lutas dos trabalhadores. Os meses de maio de junho permitiam que todos os movimentos se confluíssem em uma única força de luta. Porém, as burocracias sindicais não permitiram, em nenhum momento, que estes movimentos se unificassem. Muito pelo contrário, impediram com toda força que isso pudesse ocorrer.

O POR, em todos os movimentos, defendeu a bandeira de unificação como forma fortalecer as lutas e de derrotar os governos e patrões. A tendência das massas em defender a unidade está diametralmente oposta ao das direções burocratizadas. Isso ocorre pela ausência de uma direção revolucionária no seio dos movimentos, que potencie esta tendência. O POR levanta a bandeira de Frente Única, que expressa a unidade através das reivindicações comuns das massas e do programa proletário, com a estratégia de choque com os governos. Neste sentido, é urgente a construção do Partido Operário Revolucionário e as frações nos seios dos explorados.

Londrina

PSTU: porque “empresário” não é o mesmo que “capitalista”

Na reunião do Comitê pelo Passe Livre de Londrina, ainda em maio, quando se discutiu o texto de um boletim em que se chamava a retomar as mobilizações e denunciava a Copa milionária dos capitalistas e de seu governo, o PSTU levantou uma polêmica que adiou por uma semana a distribuição do material. O militante do PSTU presente à reunião questionou o conceito de *capitalista* para caracterizar o evento milionário do futebol, propondo ser substituído por “empresário”. Arguiu que “capitalista” não era compreendido pelos estudantes e pelas massas, que “empresário” significaria a mesma coisa, seria sinônimo e que, ainda, seria mais educativo. Foi mais uma tentativa de descaracterizar a luta do Comitê pelo Passe Livre e introduzir a orientação eleitoral do PSTU de contrabando.

Capitalista não é o mesmo que empresário. “Empresário” dilui a natureza social do explorador da força de trabalho assalariada por detrás da função técnica de administrar a empresa capitalista. Não é casual que ideologia burguesa estruturada pelos meios de comunicação, pela academia e pelo discurso político burguês faz exatamente essa substituição.

Ao contrário de empresário, capitalista destaca o caráter social do explorador e a opõe ao proletariado e aos assalariados em geral. A sua inserção no texto já denuncia que se está diante duma contradição social, de classe. Por isso é tão importante a sua preservação no boletim.

Ademais, trata-se de um conceito assimilado pelas massas ou por

um amplo setor delas há muito tempo, ao ponto de aparecer até em expressões populares da cultura de massas como versos de canções cantadas pelos jovens. E na história do comitê de Londrina sempre esteve presente na caracterização da exploração do transporte pelos tubarões com a cumplicidade dos prefeitos, juizes e vereadores a serviço desses capitalistas, sem que atrapalhasse a compreensão das bandeiras do Comitê.

A preocupação pelo didatismo também é fajuta, pois o PSTU nunca fez qualquer esforço para educar as massas em torno às bandeiras do Comitê, seja para explicar o conceito de capitalista, de empresário ou de qualquer outro. Tampouco participou da distribuição do boletim e nunca elaborou qualquer campanha para construir a luta pelo passe livre e pela estatização. Quando participa, o faz para desviar a bandeira da estatização ou quando há um auge de massas e calculam arrebatar simpatizantes.

Substituir capitalista por empresário, no contexto da elaboração do boletim, tinha o objetivo de introduzir de contrabando a orientação eleitoral do PSTU. Para eles, diluir o conteúdo de classe que o conceito de capitalista significa tem a função de agradar o eleitorado pequeno burguês cujo voto quer disputar nas eleições e a quem não quer assustar com palavreado “radical”. Adapta-se ao atraso mais reacionário do eleitorado e propõe um retrocesso na consciência da juventude que vem despontando na luta direta e para quem é transparente o caráter capitalista, burguês do Estado e da sociedade brasileira.

Organizar a luta contra a repressão

Reunião do Fórum dos Processados da USP

No dia 6/7, alguns dos 72 processados da USP pela reintegração de posse da reitoria (2011) e alguns dos 11 processados da reintegração do térreo do bloco G do CRUSP (2012) reuniram-se para receber os informes jurídicos do processo dos 72 e discutir as intimações recebidas pelos 11 da moradia para comparecer ao fórum no dia 23 de julho.

A comissão jurídica fez o levantamento de quem, dos 72, ainda estava sem advogado e foi discutida a devolução do dinheiro da fiança para o Sintusp, que no dia da prisão (8 de novembro de 2011) fez a coleta para que libertassem os presos. O processo dos 72 não foi aceito. O Ministério Público pode recorrer para a instância federal.

Os processados da moradia retomada vão receber a proposta de suspensão condicional na audiência do dia 23. O conteúdo da proposta só será revelado na hora. Em 2013, os estudantes da UNIFESP de Guarulhos presos na reintegração de posse da diretoria acadêmica do campus se depararam com situação parecida. Naquele caso, tratava-se de uma transação penal, que suspendia o processo civil sob as condições de pagamento de quantia em dinheiro ou serviço comunitário e a não reincidência em novo processo, civil ou administrativo, por um período de cinco anos. Dezoito estudantes aceitaram o acordo. Os demais foram condenados por desobediência e um dos argumentos da justiça é de que parte dos processados havia confessado o “crime” quando aceitaram o acordo de transação penal. É importante que os camaradas da USP não se submetam ao acordo que na verdade é uma punição e tenham a perspectiva do movimento para defendê-los desse ataque que é um ataque ao conjunto dos que lutam.

O fórum retornou mais despolitizado e corporativista que antes. O caráter jurista predominou e quase que não se marca a próxima reunião. A negligência aos camaradas presos na moradia retomada se manteve. Isso se observou quando depois dos informes referentes ao processo dos 72, mais da metade da reunião foi embora, dentre estes, militantes da LER-QI e do MNN.

A repressão é uma orientação geral do Estado para calar os movimentos. É um ataque às bandeiras e aos métodos dos que lutam. Se os governos e burocracias que nos cercam formam uma frente unitária e organizada, os lutadores devem se unir também de forma organizada para responder à repressão. Daí a importância de fortalecer os fóruns de processados locais e as iniciativas de instrumentos unificados de defesa dos processados políticos, como é o caso do Comitê Estadual de Luta Contra a Repressão/SP, que é uma iniciativa de estudantes processados da USP, UNIFESP, UNESP e de trabalhadores da fábrica ocupada de Campinas Flaskô. Já existem comitês como este em Maringá, Londrina e Salvador. Só o movimento vai ser capaz de defender o movimento.

Se não houver direitos o bicho vai pegar

O ato do coletivo “Se não tiver direitos não vai ter copa”, marcado para acontecer no dia 10/07, na Praça Roosevelt não aconteceu. Segundo a organização, o ato foi adiado por conta da chuva que poderia estragar os materiais confeccionados para o evento e prejudicar a chegada dos manifestantes ao local do ato político. O evento foi desmarcado pelo Facebook ho-

ras antes. Por si só, já é um problema. A forma como isso se deu é um erro, pois essa decisão não foi tomada de forma coletiva. Não houve reunião que desmarcasse assim como já não tinha havido reunião que marcasse a atividade para a segunda-feira, bem como que a adiasse para quinta.

O POR compareceu ao ato e, na impossibilidade de tocá-lo para frente, impulsionou uma reunião do coletivo que aconteceu com cerca de 40 pessoas que chegaram ao local. Foram feitas as críticas em relação à forma individual com que foram tomadas as últimas decisões do coletivo e de como seria possível manter o ato mesmo com um outro formato. A reunião por fim encaminhou a remarcação do ato para o sábado, às 17h, na praça Roosevelt, e uma próxima reunião para o domingo (13/07), às 14h no mesmo local.

É importante que a frente se mantenha e continue a se manifestar nas ruas pelas reivindicações (os direitos). Desde o início do ano os atos possuíam temas como saúde, educação, transportes e, por fim, as liberdades democráticas frente às prisões dos companheiros Fábio Hideki e Rafael Marques na manifestação do dia 23/06. A mídia burguesa tentou em todo momento, e com certo sucesso, estigmatizar o movimento como sendo daqueles que eram contra a copa do mundo e só. A manutenção da frente demonstrará que a luta se dá na verdade por direitos democráticos e que a copa do mundo da FIFA só escancarou o papel do Estado burguês de defensor dos interesses dos capitalistas em detrimento dos interesses gerais da classe operária e demais explorados.

Liberdade imediata aos lutadores Fábio Hideki e Rafael Marques!

Ainda estão presos Fábio Hideki e Rafael Marques. Suas prisões aconteceram no ato do Coletivo se não tiver direitos não vai ter copa do dia 23/06 que tinha como tema o fim da repressão do Estado, em resposta à ação da polícia do dia 12/06 (abertura da copa) na zona leste.

O Estado não podia reprimir como em junho do ano passado, pois isso poderia gerar uma comoção e massificação nas ruas. Ao invés disso, foram presas duas pessoas de forma aleatória, imputadas a elas acusações falsas de forma a criminalizar todo o movimento frente à opinião pública.

Fábio Hideki está no presídio de segurança máxima do Tremembé e Rafael Marques encontra-se ainda em São Paulo, mas não se sabe onde exatamente. O pedido de *habeas corpus* foi negado pelo Tribunal de Justiça e o Secretário de Segurança Fernando Grella os caracteriza como lideranças dos black blocs.

No dia 10/07, a polícia foi à casa de Fábio para procurar possíveis provas. Não encontraram e ainda levaram a mãe do preso à delegacia para “esclarecimentos”.

As prisões e a repressão de forma geral são respostas do Estado burguês à impossibilidade do capitalismo na sua fase imperialista de ceder em um milímetro às reivindicações das massas. As prisões são um ataque a todos aqueles que se manifestam. Os movimentos sindicais e sociais devem responder de forma unitária nas ruas, levantando mais alto as bandeiras pelas quais os companheiros foram presos e aplicando os métodos de luta próprios da classe operária (greves, piquetes, ocupações etc).

Amorcrusp defende os processados e presos políticos

Um dos acordos da frente que compôs a gestão “Acorda CRUSP” foi justamente a luta contra a repressão e a defesa dos companheiros perseguidos. Hoje, duas campanhas prioritárias têm sido levadas pela gestão: pela liberdade imediata dos presos políticos Fabio Hideki e Rafael Marques; e contra a punição dos processados da brutal reintegração de posse da “moradia retomada” (ocupação que ocorreu no Crusp em 2010 e sofreu reintegração em 2012).

Tem havido certo corporativismo do sindicato dos trabalhadores da USP em defender somente o Fábio Hideki (que é estudante e funcionário da USP). Ao contrário, a “acorda CRUSP” tem se colocado pela defesa de ambos os presos, pois entende que as prisões são ataques contra o movimento e não podemos deixar nenhum dos lutadores para trás.

A gestão tem encontrado dificuldades em mobilizar os es-

tudantes do CRUSP, ainda mais neste momento de férias, onde parcela considerável dos moradores não se encontra na moradia. Mesmo assim tem composto os atos contra as prisões, tem divulgado as atividades com boletins, vídeos, cartazes e com a conversa direta com os moradores ao qual tem alcance. Marcou um cine-debate como uma das atividades para propagandar a luta contra as prisões, além de colocar para seu jornal a tarefa de deixar a matéria principal falando delas.

Além disso, tem dado importância às reuniões dos processados da moradia, apoiando todas as atividades tiradas nesta reunião, e se colocando em defesa da manifestação no dia da audiência do processo da “moradia retomada”, buscando organizá-la e viabilizá-la.

As próximas atividades marcadas pelo movimento geral estão sendo divulgadas no esforço de tornar a luta contra as perseguições políticas uma luta geral dos movimentos.

Unifesp:

O ataque da justiça burguesa precisa ser respondido com unidade na luta entre a juventude e os trabalhadores

A UNIFESP, há pouco tempo atrás, era apenas a Escola Paulista de Medicina, por interesses corporativos de não ser anexada por alguma outra universidade. Então, decide expandir para se tornar uma Universidade Federal. O *campus* Guarulhos surge e, com o REUNI, diversos outros *campi* começam a ser criados, a partir da cúpula da Reitoria, mesmo sem a preocupação de oferecer uma estrutura básica que dê condições para que a Universidade possa existir e receber os estudantes e trabalhadores.

Isso motivou que os estudantes encampassem uma luta por questões básicas: moradia universitária, bandeirão, transporte, aumento do valor das bolsas-auxílio, que são corroídas pela inflação, entre outras pautas. Hoje, ainda temos muitos *campi* que ainda não possuem um prédio que possibilite desenvolver as atividades universitárias.

Ou seja, os estudantes, o setor mais prejudicado com isso tudo, sofre o descaso da Instituição, pois ao mesmo tempo em que falta tudo nos novos *campi*, no *campus* São Paulo é a maior concentração da verba destinada a toda UNIFESP, para dedicar às pesquisas médicas e farmacológicas ligadas às grandes empresas, às custas da falta de bandeirão, moradia, transporte na maioria da Universidade.

No *campus* Guarulhos, os problemas são os mesmos referidos acima, e em 2007, quando o *campus* foi criado e teve a primeira turma de ingressantes, os estudantes encamparam uma luta pelo mínimo de condições necessárias em uma Universidade. De 2007 até hoje, os estudantes são em número cada vez maior e o movimento estudantil realizou diversas lutas e campanhas pelas reivindicações. O ano de 2012 ganha destaque, não só pela combatividade do movimento, mas pelos ataques que atualmente os estudantes estão vivendo, devido ao refluxo da luta política no campus e a conjuntura nacional que, evidentemente, também influencia a situação.

Em 2012, o movimento estudantil, isto é, o conjunto de estudantes organizados, lutava por uma pauta de reivindicações,

que, tirando o prédio (que começou a ser construído), de resto, as demandas permanecem as mesmas. Procuramos apresentar nossas demandas e não obtínhamos retorno. A resposta foi a Greve. Nossa Greve se ampliou, e ganhou apoio, e, mesmo assim, a Direção dava respostas vagas e a Reitoria se negava a negociar com o movimento. Ocupamos duas vezes a Diretoria Acadêmica – sem contar que, em um ato na Reitoria, fomos recebidos pela Tropa de Choque e ainda uma intimação ao Comando de Greve.

Ora, nesse impasse, onde a UNIFESP se recusava negociar, a ação da Instituição foi a repressão policial. A Reitoria solicitou ordem de Reintegração de Posse. Mas, reparem que ocorre algo inusitado: algo inédito nas últimas décadas. O juiz nega a reintegração de posse sob o argumento de que a ação policial não iria resolver o conflito e o mesmo solicitou da Reitoria que sentasse para negociar com o movimento grevista e que encaminhasse à Justiça o que a Instituição não atendeu das reivindicações da greve de 2010. O movimento entendeu como uma vitória relativa e continuou com o *campus* ocupado e com atividades políticas, na luta pelo atendimento das nossas pautas. Contudo, a Reitoria apenas fez outro pedido de reintegração de posse, esse que foi cumprido e levou dezenas de companheiros detidos e depois os liberou para processá-los judicialmente.

Mas qual o crime cometido por estes/as lutadores/as? De lutar por uma universidade com condições dignas para os que estudam e trabalham. E qual a sua forma de ação? A discussão e decisão coletiva das reuniões e assembleias, e a ação direta unitária dos lutadores. Mas a Justiça procura condenar dezenas de camaradas que resistiram à reintegração de posse, acusando-os de desobediência civil, não obediência à ordem judicial e de dano ao patrimônio público. A respeito da acusação de dano ao patrimônio, o movimento possui a prova através da filmagem da invasão da tropa de choque, que, com sua tru-

culência, destrói portas e armários.

Ora, o Estado burguês, recentemente, condenou Ana Beatriz, Ana Cardoso e Aline Assis e 15 dias de detenção em regime aberto sob as acusações acima. E que provas eles têm? Apenas os depoimentos dos agentes da justiça e dos policiais. Já o movimento possui o registro filmado de que os policiais é que danificaram parte do patrimônio da Universidade. E sob a reintegração de posse não ser acatada pelo movimento, que legitimidade tem a mesma quando uma semana atrás a mesma Justiça burguesa tinha negado o pedido de reintegração de posse?

Somente após essa prisão e a prisão do fatídico 14 de junho, a Reitoria aceitou sentar e negociar com o movimento. Percebeu que os estudantes tinham a convicção da legitimidade de suas reivindicações e estavam na luta para conquistá-las. Após muitas promessas e o atendimento de uma pequena parte da pauta, e com processos judiciais para o setor mais ativo do movimento, a greve acabou e o movimento estudantil entrou em um refluxo da luta. E este refluxo perdura, em certa medida, até o momento.

MTST concorda em desocupar o terreno “Copa do Povo”

Depois de aprovado o Plano Diretor da cidade de São Paulo, o MTST assinou um termo de compromisso com os donos do terreno e representantes dos governos federal, estadual e municipal em que se prevê a retirada dos sem-teto da área denominada “Copa do Povo” em troca da construção de 2600 apartamentos e liberação de recursos do Programa “Minha Casa, minha Vida”.

A área foi ocupada no momento em que ocorriam manifestações de denúncia do gigantesco gasto com a Copa do Mundo e defesa de reivindicações como saúde, educação, transportes coletivos e moradia. O MTST definiu-se por uma linha própria e separada dos demais movimentos. Concentrou-se em obter do prefeito Haddad e da Câmara Municipal a votação do Plano Diretor que estabelece, ao lado dos interesses das construtoras, empreiteiras, grandes investidores da construção civil, Igrejas, etc., zonas destinadas a moradias populares (Zonas Especiais de Interesse Social).

Inúmeras foram as manifestações em frente à Câmara Municipal para pressionar o prefeito e os vereadores a aprovarem a regularização da ocupação “Copa do Povo” e outras. O MTST, de fato, se empenhou para que a emblemática ocupação ao lado do Estádio do Itaquero fosse considerada como uma zona especial de interesse social. Finalmente, se chegou a um acordo e um Plano Diretor foi votado, bem como um projeto de lei que possibilita construir casas populares no terreno “Copa do Povo”.

Segundo a prefeitura, há uma lista de 1 milhão de pessoas inscritas para obter uma moradia, sendo que 130 mil foram selecionadas para os projetos habitacionais. Não sabemos com precisão se o acordo de desocupação do terreno “Copa do Povo” garante às famílias os apartamentos que serão construídos pelo Programa “Minha Casa, minha Vida”. De acordo com o critério dos governos e dos agentes da burguesia, a construção e a sua distribuição seguem os programas oficiais e a lista

É preciso voltar a articular os processados e criar uma campanha política contra a repressão, envolvendo os processados de diversas universidades, os presos das manifestações de ruas e diversos coletivos que se deparam com as prisões e processos judiciais. Ciente de que o movimento estudantil, para ser vitorioso nessa luta, precisa, em primeiro lugar, retomar a mobilização, e em segundo lugar, transpor os limites da luta estudantil e da juventude, e chegar à classe operária, para ser capaz de responder à ofensiva do Estado burguês. É para dar resposta aos ataques que uma unidade na luta para responder aos ataques permitirá abrir o caminho para a superação da dispersão e isolamento dos que lutam.

Abaixo a condenação de Aline de Souza Camargo Assis, Ana Beatriz Ferreira Felipe da Silva e Ana Carolina Cardoso da Silva Costa!

Resistir aos ataques forjando uma unidade na luta junto aos trabalhadores e à juventude!

Derrubar as condenações, liberdade para Fábio Hideki e Rafael Marques, pela readmissão dos 42 metroviários!

dos inscritos. O dirigente do MTST, Guilherme Boulos, teve um encontro com a presidente Dilma Rousseff antes do início dos jogos da Copa e se comprometeu em não realizar protestos e ocupações obtendo em troca a promessa de compra do terreno e construção de moradias pelo Programa “Minha Casa, minha Vida”. Observa-se que se procura a via da conciliação. Pressionam-se os governos com as ocupações e protestos e se chega a uma confluência de interesses políticos.

O compromisso com Dilma de não colocar os sem-teto nas ruas de São Paulo em protesto contra as gastanças do Tesouro Nacional com a Copa rompeu a luta dos demais movimentos, enfraqueceu-a como movimento geral dos explorados. Não é preciso muita compreensão política para se concluir que Boulos sacrificou a luta geral em favor do seu particular movimento. O atendimento pela Câmara Municipal de enquadrar a “Copa do Povo” como zona especial de interesse social implicou atender a uma exigência da lei burguesa de não realizar desapropriações de terras ocupadas (camponeses, sem-teto). Ao aceitar a exigência da Justiça de se retirar da ocupação se observa a tremenda fraqueza do movimento que se isola das demais lutas e reivindicações. Ao sujeitar o MTST a aprovação do Plano Diretor concluiu apoiando indiretamente medidas de interesses da classe capitalista, entre eles dos especuladores imobiliários e Igrejas.

O MTST tem por bandeira “Construir o Poder Popular”. À primeira vista parece que se trata de uma organização das massas exploradas no terreno da independência de classe, mas não é o que a experiência concreta está demonstrando. Trata-se uma máscara para o reformismo e para o corporativismo. Não temos dúvidas de que o acordo de Boulos com Dilma Rousseff e, agora, com o proprietário e os governos estadual e municipal é uma traição ao movimento que tomou as ruas na Copa do Mundo e enfrentou bravamente a violência policial. É claro que Boulos apresentará como uma vitória a aprovação do Pla-

no Diretor e a inclusão da “Copa do Povo” no programa oficial de construção de moradias. No entanto, trata-se de uma vitória de pirro para os sem-teto e uma capitulação política de sua direção. Não tememos dizer a verdade. A ocupação de terrenos impulsiona a luta das massas contra a situação de miséria, mas para vencer a resistência do Estado burguês é preciso que faça parte da luta geral do proletariado e dos demais oprimidos. O objetivo de obter algumas migalhas no mar de pobreza e miséria é o pior dos reformismos.

O POR apoia e defende as ocupações, as batalhas de rua e as exigências do movimento para que se construam moradias para todos os sem-teto. Não será fazendo o jogo do toma lá e dá cá – típico da política burguesa e pequeno-burguesa – que os milhões de brasileiros sem moradia enfrentarão a barbárie de sua existência no capitalismo em decomposição. Toda

luta, mais pequena que seja, deve estar voltada a ampliar o movimento das massas e dirigir-se à tarefa de constituir um governo dos explorados, que é o governo operário e camponês, expressão da ditadura do proletariado. Vão nos dizer que sem as pequenas conquistas não se pode avançar na luta de classes contra a burguesia. O que é justo. No entanto, as pequenas conquistas somente serão conservadas e servirão à causa geral dos explorados se não forem o resultado da conciliação de classes e da capitulação política de suas direções. As experiências do MTST permitem extrair a importante lição sobre a necessidade de constituir a direção revolucionária do proletariado em todos os movimentos, setores e camadas da população oprimida. Não se pode desconhecer, nem relevar o objetivo de construir o partido marxista-leninista-trotskista, que expressa o programa e a tática revolucionária do proletariado.

Boletim Nossa Classe – órgão do Partido Operário Revolucionário

O cerco das demissões vem apertando

Os capitalistas da indústria dizem que já não podem evitar o fechamento de postos de trabalho. Há quase uma recessão no setor. Nos principais ramos da produção, já não se contrata.

A indústria automotiva se aproxima do impasse. A capacidade de produção e a queda nas vendas estão em choque. As consequências negativas são despejadas sobre os metalúrgicos.

Os mecanismos como férias coletivas, lay off e flexibilização da jornada estão se esgotando. As multinacionais já estão recorrendo ao facão.

As demissões na Mercedes e Volkswagen indicam o caminho que os capitalistas recorrerão. Os PDVs colocam a guilhotina no pescoço dos operários que entram na lista do RH da multinacional. O PDV parece como uma máscara civilizada de cortar a fonte de existência do assalariado e de sua família. Os mil e cem companheiros da Mercedes que se sujeitaram ao PDV foram empurrados para a guilhotina.

O acordo entre direção sindical e multinacional deixa os explorados desarmados para enfrentar as demissões. Por esse caminho, a classe operária vai sangrar.

Ao contrário, o **Boletim Nossa Classe** vem há muito tempo fazendo uma campanha pela organização de um movimento de resistência em defesa dos empregos e dos salários.

Nossa bandeira é: **EMPREGO NÃO SE NEGOCIA, SE DEFENDE COM LUTA!**

O que devem fazer as centrais sindicais diante das demissões?

A resposta deve estar na ponta da língua dos trabalhadores: organizar a luta nacional em defesa dos empregos e dos salários. O certo era nem se fazer a pergunta sobre o que devem fazer as centrais sindicais. Era para os sindicatos estarem unidos diante da crise do capitalismo e estarem em pleno trabalho de organização da luta. Mas isto não está ocorrendo.

Está mais do que comprovado pela experiência que os acordos de demissão (PDVs) e as demissões sem acordo são uma violência da burguesia contra os assalariados.

Diante da previsão de que virão demissões em massa muito maiores do que as que hoje vêm ocorrendo, o patronato e

as centrais (CUT, Força Sindical, etc.) estão conversando com o governo sobre o afastamento remunerado, com redução salarial.

Mas quem pagaria os salários? Segundo uma das propostas, o Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) seria utilizado. É muito cômodo para os capitalistas que o FAT sirva-lhes como auxiliar de administração da crise econômica. Os trabalhadores não devem aceitar essa falsa solução. A chamada “flexibilização do trabalho” é uma armadilha contra os assalariados.

A função das centrais e dos sindicatos não é a de encontrar saídas para os negócios da classe capitalista, mas para defender a classe operária da exploração, do desemprego, da pobreza e da miséria.

O **Boletim Nossa Classe** chama os trabalhadores a defenderem: 1) que as centrais e os sindicatos mostrem para a classe operária os perigos da crise econômica para nossas famílias; 2) que organizem uma campanha nacional de defesa dos empregos e salários; 3) que convoquem assembleias em todos os sindicatos para aprovar um plano de luta; 4) que constituam os comitês intersindicais e interfabris para garantir a unidade na base operária.

O programa da classe operária para enfrentar a crise e o desemprego

O programa começa pela defesa dos salários e dos empregos. Nós da classe operária vendemos nossa força de trabalho aos capitalistas. Estes nos exploram para obter o máximo de lucratividade. Está aí por que não existe patrão bom ou ruim. Todos nos pagam um salário de acordo com o mercado de trabalho. Todos tiram do coro a correia.

Se a economia cresce, pode precisar de maior quantidade de força de trabalho (mão de obra). Então contrata mais. Mas se vem a crise (queda econômica, recessão, depressão) então os capitalistas destroem postos de trabalho.

O que significa para a economia destruir postos de trabalho? Significa estagnação, recessão ou depressão (inúmeros capitalistas se quebram e outros se enriquecem ainda mais).

O que significa para a classe operária destruir postos de trabalho? Significa que parte de sua força de trabalho se torna

inativa (desemprego). Milhares de demitidos deixam de receber salário. Se a pobreza domina a maioria dos assalariados, com o desemprego em alta aumenta a miséria das famílias.

As reivindicações do programa que defende de fato a vida dos explorados são:

Quanto ao emprego: **ESTABILIDADE NO EMPREGO, REDUÇÃO DA JORNADA SEM REDUZIR OS SALÁRIOS, ESCALA MÓVEL DAS HORAS DE TRABALHO** (com a es-

cala móvel se divide as horas nacionais trabalhadas entre todos aptos ao trabalho, assim todos terão trabalho)

Quanto aos salários: **SALÁRIO MÍNIMO VITAL** (que cubra as necessidades de uma família); **AUMENTO REAL, RECUPERAÇÃO DAS PERDAS, ESCALA MÓVEL DE REAJUSTE** (diante da inflação crescente e da alta do custo de vida, a escala móvel de reajuste protege os salários reajustando-o de acordo com perda).

Férias coletivas na GM: lutar contra as demissões

Nas três fábricas da General Motors, em Gravataí (RS), São Caetano do Sul (SP) e São José dos Campos (SP), há milhares de operários em férias coletivas dadas pela empresa. O último anúncio aconteceu na fábrica de São José, com o afastamento temporário de cerca de 5,3 mil trabalhadores.

Em São José, as férias forçadas serão do dia 07 a 23 de julho. Em São Caetano, as férias vão até dia 24 de julho e em Gravataí, até o dia 16 de julho. Desde 16 de junho, parte dos operários de Gravataí estão em férias.

Segundo a GM, as férias coletivas foram dadas para diminuir a produção e adequá-la à “demanda do mercado”. Os mais de 21 mil operários da montadora foram dispensados em todos os jogos do Brasil, também com o intuito de reduzir a produção. A desaceleração da economia aparece de forma mais drástica na indústria automobilística. De janeiro a abril, a produção na GM caiu em 12% em relação a 2013.

Férias coletivas e lay-off têm sido praticadas pela Fiat, Volkswagen, Mercedes e Peugeot desde fevereiro. Os capitalistas do setor descarregam a crise sobre as costas dos operários. As centenas de demissões da GM em 2013 são parte da chamada “reestruturação produtiva” que se realiza pouco a pouco no parque industrial do país.

A ação dos capitalistas tem sido orquestrada ao longo dos meses sem que haja uma resposta da burocracia sindical. Mesmo no caso do Sindicato dos Metalúrgicos de São José dos Campos, dirigido pela CSP-Conlutas, não há uma campanha ostensiva contra as medidas das montadoras, que têm demitido desde 2010. A campanha salarial do SindMetal SJC foi aberta em 05 de julho, colocando como principal ponto o reajuste de 12,98% (inflação mais aumento). O único ponto levantado em relação aos empregos é a defesa da estabilidade que, em 2012 e 2013, foi colocada como reivindicação para o governo federal, mas foi sumariamente ignorada pelos capitalistas. A readmissão dos demitidos da GM de São José não consta da pauta entregue no dia 11 de julho para a empresa.

Governo mantém redução do IPI para as montadoras

Em 30 de junho, Guido Mantega manteve a redução do IPI. No caso dos carros de motor 1.0, por exemplo, o IPI se manteve em 3% quando deveria retornar a 7%. A renúncia fiscal, ligada à redução do IPI, chegará a 800 milhões de reais até o fim do ano. As burocracias sindicais reclamam que o governo

não garante a “contrapartida”, que é a manutenção dos empregos. Na verdade, em nenhum momento o governo aliou as medidas de ajuda aos capitalistas à preservação dos postos de trabalho. Essa é uma invenção da burocracia governista e uma ilusão plantada pelos centristas e reformistas (PSTU e PSOL) para não organizar a luta contra as demissões.

No caso da GM, as demissões já se concretizaram em 2013. Não será nenhuma novidade que a empresa repita o que fez antes. Em 23 de dezembro de 2013, os 6.600 operários de São José dos Campos foram colocados em férias coletivas e ficariam até dia 20 de janeiro, mas seis dias depois, em 29 de dezembro, centenas de operários começaram a receber telegramas anunciando a demissão. Ao todo, foram mais de 400 operários. A GM sequer comunicou o sindicato com antecedência, entretanto as demissões eram esperadas, já que em março a empresa já havia demitido 598 operários, depois de dois meses de “lay-off”.

A denúncia da CSP-Conlutas e do PSTU foi pífia diante da investida de destruição de empregos da General Motors. O acordo assinado com a empresa de redução do piso salarial e de suspensão do trabalho foi o sinal verde para a GM agir.

Preparar a luta contra as demissões

Diante do anúncio das férias coletivas nas três fábricas e das medidas tomadas em todo país pelas montadoras, não há o que esperar. A posição lamuriosa das burocracias governistas ou dos centristas significa, nessa conjuntura, conciliação com a destruição dos postos de trabalho. Nenhuma campanha salarial pode ocorrer sem colocar como principal ponto de pauta a defesa dos empregos.

A luta contra a GM deve unificar as fábricas em uma única campanha contra a multinacional. Exigir nas ruas a readmissão dos trabalhadores na campanha salarial. Nenhuma pressão ao governo federal colocará a empresa contra a parede que não a paralisação da produção, da greve conjunta, unitária de todos os operários.

Pela readmissão de todos os demitidos da GM!

Abolir os PDVs, os lay-off, os bancos de horas e as terceirizações!

Estabelecer o controle operário da produção!

Nacionalização das multinacionais por meio de expropriações sem indenizações!

Milite no POR, um partido de quadros, marxista-leninista-trotskista. Discuta nosso programa. CAIXA POSTAL Nº 01171 - CEP 01059-970 - SÃO PAULO - www.pormassas.org

50 dias de greve nas universidades estaduais paulistas: enfrentar a casta burocrática corrupta e privatista com independência e impor ao governo as reivindicações!

Os 50 dias de greve nas universidades não conseguiram ainda derrotar os reitores e o governo Alckmin. Os funcionários são o setor mais mobilizado contra o congelamento salarial. Realizam manifestações de rua e trancaço nos portões da universidade. Mas sua força encontra limite na desmobilização estudantil.

A política das direções estudantis, de recusar a responder a ofensiva privatista e precarizante das reitorias com a assembleia geral e a mobilização levou os estudantes à passividade. Apóiam a greve de docentes e funcionários, mas não se mobilizam pela sua vitória. Não vêem a luta de docentes e funcionários como sua. A razão está na ausência de resposta independente à política do governo/reitores de apresentar a universidade quebrada e colocar a culpa nos salários e a solução no privatismo.

Há questões que tocam de forma mais imediata os funcionários, como o congelamento salarial, e há questões que tocam mais imediatamente os estudantes, como a permanência e as cotas. Como essas questões se ligam? Ambas estão sob a política de corte orçamentário levada pela reitoria/governo.

A verdade é que o governo Alckmin, que maneja os reitores, estrangulou as universidades não repassando parte das verbas. Os reitores (o ex Rodas e o atual Zago) agiram para favorecer os capitalistas (empreiteiras, faculdades privadas) e quebraram a USP. O reajuste ZERO e os demais ataques precarizantes estão apoiados nisso.

A reitoria e o governo têm iniciativa política: colocaram em marcha suas auditorias/sindicância para concluir reforçando seu argumento de que a USP está quebrada e tem de cortar salários, bolsas e permanência. O movimento ainda não respondeu a isso.

É por isso que temos defendido, desde a primeira assembleia deste ano, a necessidade de convocar a assembleia geral universitária (dos três setores), para investigar as contas da universidade, determinar qual deve ser o orçamento de forma a atender as reivindicações de estudantes, funcionários e professores (a ser sustentado totalmente pelo Estado), punir a casta burocrática corrupta e privatista varrendo-a do poder e em seu lugar instalando um governo tripartite subordinado à assembleia geral universitária.

A assembleia geral estudantil, sem quorum estatutário, indicou propostas para que a greve avance nesse sentido:

- Reafirmação aos professores da necessidade de convocar uma assembleia dos 3 setores;
- Indicar aos 3 setores rechaçar as auditorias da reitoria e do tribunal de Contas e a necessidade de apuração independente da suposta crise orçamentária da USP;

- Criação de um comando de mobilização para organizar as atividades imediatas até a próxima assembleia com quórum;

O governo Alckmin se mantém intransigente quanto às reivindicações. Seus deputados já indicaram que não vão conceder nem aumento do orçamento nem repasse de verbas igual ao das prefeituras. Os reitores nem mesmo negociam. A reitoria da Unesp atendeu uma comissão dos grevistas no dia 01/07 (boicotada pelos reitores da USP e Unicamp) e se negou a pedir mais verbas, apontando a USP como causa do congelamento salarial. Os reitores estão se negando a discutir o reajuste salarial, impondo em seu lugar a negociação de “benefícios” (reajuste de vale-refeição, por exemplo).

O caminho para derrotar os reitores e o governo está na defesa da independência do movimento para responder à suposta crise orçamentária e da ida às ruas para ganhar o apoio da população e afetar a economia. Isso depende de uma mudança da atitude dos estudantes, que têm de se mobilizar massivamente. É preciso mostrar como está colocada a defesa da universidade pública e gratuita por meio da luta pelas reivindicações mais sentidas.

Também é preciso mostrar aos trabalhadores e estudantes de fora da universidade que a luta é justa e por todos! O rechaço à cobrança de mensalidades deve ser estendida como defesa do ensino público e gratuito para todos: que se estatizem as universidades privadas, sejam colocadas sob controle coletivo dos que estudam e trabalham e tenham autonomia diante dos governos e dos capitalistas.

Ultrapassar as férias

É preciso que a vanguarda do movimento estudantil se incorpore às atividades dos funcionários (piquetes, trancaços, atos etc) de maneira a assegurar que a greve consiga ultrapassar as férias e que o movimento estudantil consiga se reorganizar no início do próximo semestre.

O Sintusp está convocando uma Plenária dos Movimentos Sociais para o dia 15 de julho na Faculdade de São Francisco. O Tema central é a repressão aos movimentos. Devemos nos juntar a essa atividade de maneira a defender Fábio Hideki, estudante e funcionário da USP e Rafael Marques que continuam presos, acusados de associação criminosa e porte de explosivos, implantados pela polícia.

O Sintusp também está organizando uma série de atividades para o fundo de greve (feijoada, bazar etc). Que essas atividades também sejam impulsionadas pelos estudantes como forma de defender a autonomia financeira e política do movimento.

A defesa da EACH é a defesa da universidade pública e gratuita e deve ser feita por todos!

A EACH tem sido atacada pela burocracia universitária, que usa e abusa da unidade em benefício da política privatista e de precarização da universidade. A insalubridade absoluta do campus da USP Leste foi provocada pela casta burocrática que dirige a universidade. O depósito de entulho contaminado no campus foi feito a partir de um acordo com a empreiteira, que fez o serviço de terraplanagem em troca de poder se livrar do entulho contaminado. A casta burocrática favoreceu o capitalista da construção civil. A seguir, a contaminação do solo impossibilitou o uso humano do campus. A saída apontada pela burocracia foi alugar o prédio da Unidc para realocar parte dos estudantes. A casta burocrática favoreceu então os capitalistas do ensino privado. Dinheiro para recuperar o campus da USP Leste não existe, mas para favorecer os capitalistas sobra. Tudo decidido pela burocracia universitária de forma antidemocrática. Está aí a precarização da universidade em benefício de favorecimento aos capitalistas. Está aí a casta burocrática autoritária, privatista e corrupta, que dirige a universidade.

Um ataque a toda a universidade

A destruição do campus da EACH é parte da ofensiva geral da casta burocrática e do governo contra a universidade pública e gratuita. A mando do governo e com retenção de repasses de verbas feito por ele, os reitores apresentam a universidade quebrada financeiramente. Acusam como causa os salários de professores e funcionários. Apontam como saída o corte de verbas, congelamento salarial, busca de recursos na iniciativa privada e cobrança de mensalidades. A farsa é usada como pretexto para manter e aprofundar o favorecimento aos capitalistas, e cortar gastos públicos com educação, de forma a desviar esses recursos para subsidiar os capitalistas em crise.

O ataque à EACH é parte dessa ofensiva geral privatista e precarizante. Não se trata de um problema específico a ser resolvido entre a burocracia dirigente e a unidade. A crise da EACH é uma questão que afeta a todos os estudantes, porque é parte de um ataque geral à universidade pública e gratuita. E sua defesa deve ser assumida por todos, com movimento unitário nas ruas, de forma a derrotar governo e sua casta burocrática que dirige a universidade.

Uma resposta de conjunto é necessária

A suposta crise orçamentária da USP e a crise da EACH devem ser respondidas de conjunto. Cabe convocar a assembleia geral universitária para investigar as contas da universidade, determinar as reais necessidades orçamentárias, de forma a atender as reivindicações de estudantes, funcionários e professores, que devem ser garantidas totalmente pelo Estado, e julgar a casta burocrática privatista e corrupta, varrendo-a do poder e instalando em seu lugar um governo tripartite, eleito pelo voto universal, com mandato revogável e subordinado à assembleia geral universitária.

Assim, daremos uma resposta que resolva totalmente o

problema da EACH, com sua imediata descontaminação e reabertura do campus na Zona Leste.

O método foi mostrado em junho de 2013

Para derrotar a burocracia e manter o campus da Zona Leste, é preciso o método da manifestação de rua. Todas as organizações do movimento estudantil em todas as unidades devem se empenhar na convocação das manifestações nas ruas, de forma a projetar o problema para fora da universidade, ganhar apoio da população, pressionar os capitalistas e o governo afetando a economia.

Defender a EACH é defender o ensino público e gratuito. É estar ao lado dos funcionários e professores contra o congelamento salarial. É exigir a permanência estudantil e a aplicação das cotas raciais, que o governo e a burocracia universitária elitistas e racistas rejeitam. É responder com independência à crise orçamentária, não aceitando a farsa das auditorias do Tribunal de Contas e da Reitoria, e impondo a investigação das contas pela Assembleia dos três setores.

Maioria da direção do DCE e alguns CAs viram as costas aos estudantes: realizam CCA descumprindo decisão da assembleia geral

A assembleia estudantil de 10 de junho decidiu pelo adiamento das reuniões do Conselho de Centros Acadêmicos (CCA) para depois da greve. A razão é que os estudantes discutem e indicam seus delegados ao comando de greve, que representa de forma imediata os estudantes, e não há necessidade de representação pelo CCA.

Mas alguns CAs dirigidos pelas correntes MES (PSol), PSTU e de direita resolveram contrariar a decisão da assembleia e convocar o CCA, que aconteceu no dia 29/06.

O mesmo estatuto que diz que parte dos CAs (25%) pode convocar um CCA afirma que a Assembleia é soberana em relação a ele, o CCA não pode deliberar nada em oposição à Assembleia e ao Congresso. A quebra do estatuto expressa a quebra da democracia estudantil, colocando as direções dos CAs agindo contra a decisão das bases.

O CCA, no entanto, não teve quorum, e só tomou decisões indicativas. Mas parte dessas decisões foi tomada de forma contrária às da assembleia de 25/06, que também não tinha quórum. A pior delas foi a de não acatar a proposta indicativa de assembleia geral para o dia 08/07, adiando-a para que um novo CCA, convocado para o final de julho, decida quando será. Nas argumentações, o pior foi a chamada esquerda (MES/PSol e PSTU) assimilar a crítica da direita às assembleias e defender sua substituição pelo aparato dos CAs.

Estivemos no CCA e defendemos que se acabe o divisionismo imposto por essas correntes ao movimento estudantil, que elas voltem às assembleias gerais para defenderem suas posições e acatem as decisões de maioria. É mais grave ainda o divisionismo quando temos um estudante da USP preso de forma ilegal e que precisa de apoio das mobilizações para ser libertado.

Burocracia sindical festeja a aprovação do Plano Nacional de Educação

No início de junho, foi aprovado o Plano Nacional de Educação (PNE), que tramitava há três anos no Congresso. No final do mesmo mês, Dilma sancionou a lei do PNE. Nos documentos e artigos da CNTE e vários sindicatos do país, como a APEOESP (sindicato estadual de SP – o maior do país), vários são os elogios à aprovação do Plano, que terá validade de dez anos.

Em essência, três são os pontos elencados como positivos pela burocracia sindical em relação ao PNE aprovado: a meta de 10% do PIB para Educação, a criação do Sistema Nacional Articulado de Educação e a instituição do Custo-Aluno-Qualidade Inicial.

Como petistas, os burocratas não deixam de elencar esses pontos e compará-los com o PNE de FHC, que teve validade entre 2001 e 2010. No site da CNTE, há um quadro comparativo entre os dois PNE's, em uma demonstração de adesão incondicional à política educacional dos governos Lula e Dilma.

É verdade que a privatização e mercantilização da Educação foram impulsionadas na chamada era “neoliberal” de FHC, como apontam os burocratas. O Fundef serviu para desvio de verbas e a LDB e um conjunto de leis complementares serviram para sucatear universidades públicas e abrir as comportas para a educação privada. Apenas 33% das metas elencadas no PNE de FHC foram cumpridas. Mas o que deixa de dizer a burocracia vale muito mais do que as críticas que levanta.

O governo Lula manteve a política educacional arquitetada pelo governo de FHC e deu continuidade aprofundando aspectos essenciais da privatização e mercantilização do ensino. Assim, criou o ProUni, ampliou o FIES, instituiu a Universidade Aberta que legitimou a criação desenfreada de cursos a distância, redimensionou o Fundef, instituindo o Fundeb sob os mesmos critérios do Fundo anterior, e permitiu a criação de conglomerados educacionais privados nacionais e internacionais, como nunca se viu no país.

O novo PNE nos três pontos elogiados pela burocracia sindical não preserva a educação pública do sucateamento e garante fartos recursos para os capitalistas do setor.

Assim, em relação aos 10%, primeiro, não serão aplicados imediatamente; na verdade, não existe nenhum mecanismo que obrigue o governo a aplicar ano após ano esse percentual do PIB na educação; como outras metas, pode ser estendido o seu cumprimento pelos próximos dez anos e, como no PNE de FHC, nenhum meta não cumprida representará qualquer penalidade ao governo federal; segundo, o PNE aprovado pelo Congresso permite que entre na conta dos 10% toda a ajuda aos capitalistas do setor educacional; desse modo, os recursos ao Fies e ao ProUni, por exemplo, que são transferência de recursos para universidades privadas, serão contabilizados nos 10%. Há estimativas que, nos próximos anos, 2% do PIB irão

para o ensino privado com o aumento de verbas colocado pelo PNE, portanto, o sucateamento e destruição do ensino público não só pode continuar como pode se aprofundar com o novo PNE, na coexistência, que se mantém, entre o ensino privado e público.

Em relação ao Sistema Nacional, é mais uma forma de centralizar políticas de controle sobre o magistério a exemplo da criação, pelo governo Lula, do IDEB. A formulação do Sistema Nacional no Plano não institui nenhum mecanismo que impeça governos municipais ou estaduais de descumprirem leis federais, a exemplo da Lei do Piso do Magistério. Reforça apenas repasse de recursos da União para os governos, nada de diferente do que já ocorria com o Fundef e depois Fundeb e que, como sabemos, permitiu desvios de verbas e estrangulamento de redes por meio da municipalização forçada.

O terceiro ponto, do Custo-Aluno-Qualidade Inicial, é um enfeite do critério já existente nos Fundos (custo-aluno) com a ideia de que servirá como mecanismo inicial de aumento de repasse para os municípios mais pobres, de modo que estes possam elevar seus índices nas avaliações externas. Como no caso do Fundef e Fundeb, não houve ao longo dos últimos quinze anos nenhuma demonstração de que a “qualidade” do ensino teria sido elevada. Ao contrário, ano após ano, as avaliações externas nacionais e internacionais demonstram a falência da educação no país e a precariedade das escolas. Dados do início de 2014, demonstram que mais 11 mil escolas no país não contam sequer com luz e mais de 60 mil não contam com rede de água e esgoto. Portanto, a miséria do custo-aluno que serviu a centenas de prefeituras para engordar as matrículas nas redes municipais não representou resolução dos problemas mais elementares do ensino público, mesmo no nível da Educação Básica.

Como as demais leis, a que criou o PNE de Lula/Dilma não poderá acabar com os principais problemas relacionados à educação. As 20 metas, que vão desde a educação infantil à educação superior recolocam os velhos problemas da universalização do ensino em um país atrasado.

Como o PNE de FHC, a maior parte das metas não será cumprida, mas, ao contrário do Plano de FHC, que era mais uma carta de intenções do que de fato um Plano a ser colocado em prática, o PNE petista apresenta mais claramente sua feição privatista e conta com o apoio de toda a burocracia ligada aos sindicatos da educação, o que lhe dá respaldo para aumentar o repasse de verbas para a iniciativa privada sem qualquer oposição.

Por isso, não há que se defender os aspectos “positivos” do PNE, como levanta parte da esquerda, que defendeu durante anos o aumento de 10% do PIB. Essa elevação dos gastos com educação, se ocorrer, virá ligada ao aumento do repasse para os capitalistas da educação, à maior centralização do trabalho do magistério, à manutenção do analfabetismo, à

precarização do ensino superior e à preservação da educação excludente própria das sociedades capitalistas.

O POR se opôs desde o início ao PNE, caracterizando-o de privatista. Enfrentou a direção da UNE (PCdoB/PT) e da ANEL (PSTU) por canalizar o movimento estudantil para a aprovação do PNE em nome dos 10%. A burguesia e seu Estado não irão reformar o sistema de ensino em favor da população e do conhecimento científico. Não por acaso, o PNE

expressa as tendências do capitalismo em decompor o ensino público e gratuito e em alimentar o mercantilização educacional. É parte do programa da classe operária estatizar todo sistema, liquidar o ensino privado e estabelecer o controle da educação por aqueles que estudam e trabalham. A educação, não se pode desconhecer, será transformada com a classe operária no poder e com a propriedade social dos meios de produção.

Cenário eleitoral na Paraíba

As coligações para a disputa ao governo do estado da Paraíba se alteraram completamente desde as primeiras movimentações. Inicialmente, o PT sinalizou candidatura própria – na realidade, um blefe, todos sabiam – mas logo declarou apoio ao candidato Veneziano do Rego (PMDB), ex-prefeito de Campina Grande. Segundo pesquisa realizada, apenas 40% dos eleitores paraibanos conheciam Veneziano, que se retirou da disputa cedendo lugar ao seu irmão, o senador Vital do Rego. Posteriormente, o PT abandonou o PMDB e se aliou ao atual governador Ricardo Coutinho (PSB), que disputa a reeleição, em uma coligação que inclui também PCdoB, DEM, PV, PSL, PRTB, PPL, PRP, PHS. O PMDB ainda não definiu quem será seu candidato a vice, pois aguarda a posição do PT, que estadualmente já fechou com o PSB, mas nacionalmente sofre pressão para apoiar o PMDB. O PT nacional, inclusive, recorreu ao Tribunal Regional Eleitoral (TRE) para obrigar que seu partido na Paraíba apoie o PMDB (Vital do Rego) e não o PSB, como declarou.

O ex-sindicalista e ex-prefeito de João Pessoa, Ricardo Coutinho, apoiado pela oligarquia dos Cunha Lima, foi eleito governador. Agora, tendo rompido com a tradicional família que o apoiou, utiliza-se da máquina estatal para sua reeleição, oferecendo verbas e prometendo obras públicas para os prefeitos que o apoiarem. Em várias cidades do Sertão, os prefeitos estão contrariando seus partidos e declarando apoio a Coutinho.

O senador Cássio Cunha Lima (PSDB), chefe de uma das mais poderosas oligarquias do estado, mantém-se candidato

ao governo, com uma ampla coligação de partidos fisiológicos e legendas de aluguel: PSD, PPS, PSDC, PTB, PEN, PRB, PMN, PTdoB, PTN, PR, PSC, PTC, SD e PRB. O mais recente apoio veio do PP. Seu presidente, Agnaldo Ribeiro, ex-ministro das cidades de Dilma, mudou de lado no estado, mas garante que isso não interfere em seu apoio ao PT em âmbito nacional. Lembremos que Agnaldo é da oligarquia dos Ribeiros e dos Borges, latifundiários responsáveis pelas mortes de Maria Margarida Alves, fundadora de vários Sindicatos Rurais no estado, assassinada brutalmente na frente de seus filhos; e de João Pedro Teixeira, líder das Ligas Camponesas de Sapé, a mais ativa liga do Nordeste.

Frente de Esquerda

Outra alteração importante foi a tentativa de formação da “Frente de Esquerda”, por parte do PSOL, PCB e PSTU. Em maio, a Frente lançou um manifesto afirmando ser uma “alternativa” às oligarquias e ao governismo. Afirmava que se a unidade frentista não foi possível nacionalmente, nada impedia sua consolidação na Paraíba. O PCR também participou das primeiras reuniões. Criou-se uma comissão para elaborar uma proposta programática. Contudo, logo em seguida, a frente se desintegrou, e o PSTU e PSOL lançaram candidaturas próprias. Segundo o PSTU, o PSOL estava com uma “postura hegemônica”, pois queria todos os principais cargos, cabendo aos demais partidos que compunham a Frente apenas os cargos de vice-governador e as suplências, impedindo que o PSTU e PCB “dialogassem” com a população.

Adquira com o distribuidor deste jornal

4 MASSAS
ÓRGÃO BISEMANAL DO PARTIDO OPERÁRIO REVOLUCIONÁRIO
MEMBRO DO COMITÊ DE ENLACE PELA RECONSTRUÇÃO DA IV INTERNACIONAL
ANO 24 - EDIÇÃO ESPECIAL - MAIO DE 2014 - R\$ 2,00

Viva o Internacionalismo Proletário!

Reconstruir a IV Internacional!

5 anos da morte de Guilherme Lora,
dirigente do Partido Operário Revolucionário da Bolívia

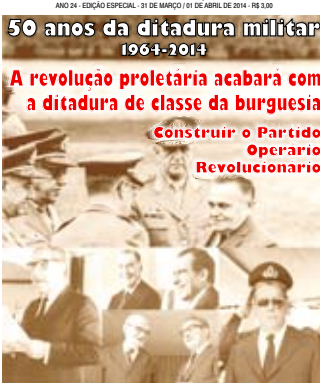


4 MASSAS
ÓRGÃO BISEMANAL DO PARTIDO OPERÁRIO REVOLUCIONÁRIO
MEMBRO DO COMITÊ DE ENLACE PELA RECONSTRUÇÃO DA IV INTERNACIONAL
ANO 24 - EDIÇÃO ESPECIAL - 31 DE MARÇO / 01 DE ABRIL DE 2014 - R\$ 2,00

50 anos da ditadura militar 1964-2014

A revolução proletária acabara com a ditadura de classe da burguesia

Construir o Partido Operário Revolucionário



Por uma Ucrânia Soviética de operários e camponeses, unida, livre e independente

2ª edição reformulada



Crimeia anexada pela Rússia

Kiev: a direita se apoia na classe média para submeter a Ucrânia aos EUA e Europa

Partido Operário Revolucionário



Crítica às posições das correntes de esquerda sobre a crise na Ucrânia

Resposta aos ataques do PCO ao POR
Nossas divergências com a LIT-GL/PSTU
Rechaço às formulações do estalinismo



Em defesa da bandeira "Por uma Ucrânia Soviética de operários e camponeses, unida, livre e independente"

Partido Operário Revolucionário



O acadêmico PCB vive citando frases de Lênin e Marx para justificar a atuação nas eleições. Contudo, são péssimos leitores dos revolucionários. Na última eleição para prefeito de João Pessoa (2012), romperam com o PSB e declararam apoio ao PT, motivo: o PSB falou mal de Lula, que é, segundo os pcebistas, um *“símbolo das conquistas sociais e políticas de toda a esquerda na América Latina”*. Portanto, sabemos que o PCB não está empenhado na construção de um programa classista e independente da burguesia, mas sim sonha com *“projetos populares e democráticos”*. Declararam que não apoiarão nenhuma candidatura, pois estão em processo de reestruturação (?), ou seja, não foi por falta de vontade.

Tais atitudes e declarações expõem o eleitoralismo “de esquerda” da Frente, pois a elaboração programática pouco importou. A preocupação do PSTU e PSOL restringiu-se às candidaturas, pois, segundo o PSTU, a forma de “dialogar” com as massas é ter um cabeça de chapa. Nem passa pela cabeça desses militantes que as eleições devem ser utilizadas como tribuna para denunciar as mazelas do capitalismo, as ilusões parlamentares e convocar os explorados à ação direta.

Se o PSTU utilizasse as eleições de forma revolucionária, não brigaria por cargos, mas se concentraria na elaboração de um programa revolucionário para oferecer às massas, convocando a Frente para ir às favelas, bairros operários, universidades e ao campo para levar a bandeira da revolução proletária. Da mesma forma, o PSOL, em uma carta aberta, disse que sua voracidade pelos cargos não foi por desconsiderar os outros partidos, mas porque há dois grupos em seu interior em disputa e, para agradar os dois lados, convencionou que

um deles disputaria o cargo de governador e o outro de senador. Veja a que grau desceram esses partidos. Em seguida, como esperado, a frente se desintegrou, sem que nenhum dos partidos que a compunha fizesse um balanço da experiência, restando apenas desculpas esfarrapadas e capitulação ao reformismo.

Nossa posição

O POR entende que as eleições – campo de luta da burguesia – de fato são um espaço que pode ser aproveitado como uma trincheira de combate ao capitalismo, enquanto as massas são arrastadas pelos partidos da burguesia. Contudo, não corresponde à tática revolucionária nas eleições a apresentação de projetos “de esquerda” mais viáveis; ou as críticas à ineficiência e erros de gestão dos burocratas e políticos da burguesia. As eleições e o parlamento são usados pelo partido revolucionário para intensificar e organizar a luta do proletariado, explicando que somente o socialismo pode se contrapor à barbárie capitalista. Deve-se incitar as massas contra a propriedade privada dos meios de produção como única forma de garantir sua dignidade e seus direitos. Devemos levantar a bandeira da revolução e ditadura proletárias – e não apresentar projetos de reforma do capitalismo.

Diante do caráter embrionário do POR, da legislação eleitoral impeditiva e da prática de acordos de cúpula da Frente de Esquerda, chamamos o voto nulo programático, ou seja, votar nulo e seguir construindo o programa revolucionário no seio das massas exploradas.

Eleições em Rondônia

A inscrição dos candidatos acontece em meio a uma intensa repressão aos movimentos sociais. Foram divulgados, até o momento, o registro de cinco candidatos. São: Confúcio Moura/PMDB, pela coligação “Rondônia no caminho certo”; Expedito Júnior/PSDB, pela coligação “Frente muda Rondônia”; Jaqueline Cassol/PR, pela coligação “O respeito está de volta”; e Padre Ton/PT, que tem como vice a vereadora Maria de Fátima Ferreira de Oliveira Rosilho, a “Fatinha do PT”. Pelo fato do PT não ter acertado coligações para o governo, define-se demagogicamente como “puro sangue”, isso depois de tentar se coligar com candidatos de toda espécie, expondo o nível de adaptação do partido a ordem burguesia em todo o quadrante do País. A Frente de Esquerda, composta pelo PSOL e PSTU, lançou o candidato Pimenta de Rondônia. Pimenta posa de militante de esquerda, mas defendeu a reintegração de posse de uma propriedade na cidade Alto Alegre dos Parecis, da qual é herdeiro, quando era militante do PSTU no estado, posteriormente migrou para o PV e hoje se encontra no PSOL.

A coligação do PSDB e PSDC é composta pelos partidos PSD, SDD, PEN, PSL, PSC, PTdoB, PHS, PRB, PMN e Democratas. A coligação do PR é formada pelos partidos PP/PR/PPS/

PROS/PV. Como se vê, os partidos da burguesia não têm limites para se coligar.

A Frente de Esquerda pretende se apresentar como uma via distinta dos partidos da burguesia. No entanto, não passa de uma coligação pequeno-burguesa oportunista, encabeçada por um militante corrompido. O PSTU para ganhar alguns votos a mais se sujeita ao PSOL e ao seu candidato integrados à ordem capitalista.

As eleições são o campo da disputa interburguesa em torno das distintas esferas do poder do Estado. Os explorados são chamados a apoiar este ou aquele partido, a depositar seu voto neste ou naquele candidato, escondendo que representam tão somente os interesses dos industriais, dos latifundiários, dos banqueiros e dos comerciantes. Sem a presença de um partido revolucionário como dirigente das lutas para intervir nas eleições com um programa da revolução e ditadura proletárias, a única resposta correta é a da defesa do voto nulo programático. O Partido Operário Revolucionário está em construção e, por isso, ainda não tem condições para se impor diante das leis discricionárias da burguesia. Convoca os explorados a votar nulo em defesa de um programa de classe.

**Milite no POR, um partido de quadros, marxista-leninista-trotskista. Discuta nosso programa.
CAIXA POSTAL Nº 01171 - CEP 01059-970 - SÃO PAULO – www.pormassas.org**

Reunião de cúpula dos BRICS no Brasil

A libertação dos países atrasados (semicoloniais) diante do imperialismo será produto da revolução proletária

Nos dias 14, 15 e 16, ocorrerá em Fortaleza e Brasília a VI Conferência de Cúpula dos Países do BRICS (Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul). A agenda da reunião tratará da criação de um banco de desenvolvimento e de um fundo de socorro mútuo (Arranjo Contingente de Reservas-AGR) para os países membros com dificuldades financeiras. O banco será criado com capital inicial de US\$ 50 bilhões, cabendo a cada país sócio o aporte inicial de US\$ 10 bilhões. O fundo de socorro, por sua vez, terá um montante inicial de US\$ 100 bilhões. Os cinco países membros darão aportes proporcionais ao PIB (China 41 bilhões, Brasil, Rússia e Índia 18 bilhões cada e África do Sul, 5 bilhões). Não estão descartadas também a possibilidade de inclusão de novos países membros.

Uma parcela de economistas e financistas burgueses em todo o mundo elogia as medidas tomadas. Para eles, significarão o início da formalização de um bloco econômico, que segundo dizem, caminhará, mais à frente, para medidas comuns na área de comércio exterior e tarifas.

O lugar dos BRICS na economia mundial

Os Brics, reunidos pela primeira vez em 2009, em Moscou, são formados por países semicoloniais, impropriamente chamados de “Emergentes”, cada um dos quais com diferentes níveis de desenvolvimento e peso geopolítico. O Brasil, a Índia e a África do Sul, por exemplo, têm suas economias sob o controle do imperialismo (empresas transnacionais e capital financeiro). Mesmo alcançando certo nível de industrialização (com exceção parcial da África do Sul), suas forças produtivas e sua política econômica estão submetidas às diretrizes da economia mundial ditadas pelas potências. China e Rússia, países em que houve a expropriação da burguesia e que alcançaram grau importante de industrialização e modernização, estão em avançado estágio de restauração capitalista e, por isso, entraram mais recentemente na órbita da submissão ao capital financeiro. A Rússia teve seu parque industrial desmontado e viu-se novamente reduzida à condição de país exportador de matéria-prima (petróleo e gás). A China, tornada segunda economia global, graças a fatores entre os quais destaca-se o maciço investimento do capital norte-americano, europeu e japonês, alcançou nas últimas décadas o posto de grande exportadora de manufaturas de baixo custo e importadora de matérias-primas. Suas forças produtivas estão condicionadas pela economia mundial capitalista, isto é, pelo imperialismo.

A interdependência econômica dos países do BRICS com o mercado mundial implica necessariamente em atritos, dos quais a fonte indiscutível da maioria deles está no declínio da economia norte-americana. A China vive fricções diretas com os EUA, que exigem a desvalorização da moeda chinesa (o yuan), a abertura comercial e a diminuição de seu predomínio no comércio bilateral. A Rússia, sem o mesmo peso econômico que a China, porém, conservando, em parte, a força militar e geopolítico herdados da antiga União Soviética, se acha cercada pelo imperialismo que avança sobre as antigas repúblicas soviéticas e põe sob seu controle as fontes de energia e de matérias-primas. O circuito internacional do crédito, o sistema financeiro controlado por Wall Street, os ditames americanos no FMI e BIRD são usados como arma para dobrar a China.

A criação dos BRICS apareceu como uma forma de pressionar por uma reforma no sistema financeiro internacional, que incluía mudanças no sistema de cotas e votações do FMI/Banco Mundial. Os governos dos

países ditos ‘emergentes’ querem um sistema mais equilibrado que reconheça o peso dos países atrasados na economia global. O imperialismo norte-americano, todavia, necessita não apenas vetar qualquer reforma no FMI/Banco Mundial, mas manter inalterado todo o sistema monetário do padrão dólar e seus privilégios. Trata-se para o governo de Washington de manter a supremacia estadunidense a qualquer custo. Não há espaço para concessões reais aos BRICS, mas, ao contrário, permanece, na ordem do dia, a tarefa urgente de discipliná-los e submetê-los.

O choque dos países atrasados com o imperialismo, seja em que grau for, é uma das manifestações mais características da fase imperialista do capitalismo. A fase de guerras, revoluções e contrarrevoluções é também, segundo Lênin, a fase da rebelião das nações atrasadas contra o jugo das potências. Não é a primeira vez que países semicoloniais se organizam para resistir ou tentar impor limites ao saque das nações opressoras. A formação, nos anos 1960, do grupo dos países não alinhados, que congregava regimes nacionalistas como o de Nasser, no Egito; Kadafi, na Líbia; Sukharno na Indonésia; Nehu, na Índia e países recém libertados transformados em estados operários como Cuba, Iugoslávia etc. estiveram a um grau de conflito com o imperialismo muito mais agudo e intenso que o fraco e domesticado BRICS. A destruição da III Internacional pelo estalinismo e sua nefasta política de colaboração de classes com a burguesia imperialista impediu que o poderoso movimento de libertação nacional, enraizado em todos os continentes, encontrasse o caminho da revolução proletária mundial sob a bandeira do maxismo-leninismo-trotskismo.

A luta travada pelo marxismo revolucionário contra o nacionalismo burguês de todos os matizes demonstra de forma cabal que todos os movimentos de libertação nacional sob a direção da burguesia nativa termina sempre por capitular diante do imperialismo. Seus arroubos radicais se esgotam diante da impossibilidade de expropriar a burguesia nacional e os monopólios (imperialismo). O governo petista - servil das multinacionais e do capital financeiro - age ao lado dos demais países membros dos BRICS pedindo reformas no sistema financeiro que não serão atendidas. A libertação dos países atrasados não passará por nenhuma reforma e criação de um sistema financeiro mais democrático, mais humanizado ou, como querem outros, que discipline os capitais voláteis e os investimentos de crédito. O capital financeiro cresceu a níveis gigantesco. O parasitismo financeiro tornou-se uma força incontrolável. As crises econômicas do capitalismo inevitavelmente arrastam os povos do mundo inteiro para o precipício. As nações atrasadas serão empurradas para maior barbárie e desagregação econômica para salvar os interesses da burguesia imperialista. As nações atrasadas não encontrarão saídas nos marcos do capitalismo, mas apenas no da revolução proletária.

A tarefa dos explorados é de defesa da nação atrasada com o programa e o método do proletariado. Rechaçar todo o engodo dos governos do Brasil, China, Rússia, Índia e África do Sul. Autodeterminação das nações oprimidas, sob um governo revolucionário. Expropriação de todos os monopólios industriais e financeiros sem indenização. Transformação da propriedade privada dos meios de produção em propriedade social. Expropriação do sistema de crédito e fusão de todos os bancos em um único banco estatal, sob controle operário. Revolução Agrária. (nacionalização de todas as terras). Constituição de uma Frente Única Antiimperialista, sob a direção do proletariado! Não à farsa dos BRICS! Não a sujeição das nações oprimidas ao imperialismo! Pela ruptura com as instituições do imperialismo, FMI, Banco Mundial, etc.!

Nesta edição:

- 46º Congresso do POR da Bolívia
- Bolívia: As eleições não solucionam nada!
- Argentina: Declarar o desconhecimento geral da dívida externa, contra os abutres e todos os credores
- Avança a balcanização do Oriente Médio pelos métodos imperialistas
- Derrotar a ofensiva sionista-imperialista!

Artigos das Seções Comitê de Enlace pela Reconstrução da IV Internacional



46º Congresso do POR da Bolívia

No dia 28 de junho, realizou-se mais um Congresso do POR na cidade de Cochabamba. A pauta constou de uma resolução política, avaliação da direção e informes de atividades regionais e outros. Estiveram presentes membros do Comitê de Enlace pela Reconstrução da IV Internacional da Argentina e Brasil, que tiveram um tempo para expor a situação em seus países. Os delegados congressuais manifestaram grande interesse pelos informes das seções do Comitê de Enlace.

O representante da Argentina concentrou sua exposição sobre a crise por que passa o país, submetido à intervenção da Justiça norte-americana sobre o pagamento da dívida externa renegociada com os credores. Mostrou a importância da luta anti-imperialista pelo não pagamento de nenhum centavo da dívida e pela independência do país diante das potências. Indicou que o partido levanta um programa que coloca para o proletariado a constituição de uma frente única anti-imperialista.

O representante do Brasil explicou que há uma nova etapa da luta de classes no Brasil, marcada pelas grandes manifestações de junho de 2013. O que a caracteriza é o esgotamento do período de conciliação constituído pelo governo do PT de Lula, ainda que se conservam as travas da burocracia no movimento operário. Descreveu as mobilizações que se realizam durante a Copa do Mundo e a brutal repressão que indica a existência de um Estado policial no Brasil. Ressaltou o fato da classe operária fabril permanecer à margem dos acontecimentos, o que demonstra o poderoso freio da burocracia sindical que ainda conserva sua capacidade de contenção. Assinalou a importância da greve de setores do proletariado não-fabril, em particular a greve dos motoristas de ônibus e dos metroviários. Previu o desenvolvimento da crise econômica e uma onda de demissões massivas que esta acarretará. Expôs a linha do partido de defesa da unidade das massas, da constituição de comitês de base e a campanha contra a repressão. Para concluir, apresentou o número especial do Jornal Massas dedicado à Guillermo Lora. A campanha de divulgação das posições do POR boliviano é parte do trabalho do Comitê de Enlace pela reconstrução da IV Internacional.

A resolução política consta de duas partes: situação internacional e a situação nacional.

Internacional

O documento se assenta na tese de que a crise mundial do capitalismo continua em desenvolvimento. Acentua-se a barbárie. O imperialismo está em franca ofensiva para se apoderar dos recursos

naturais e submeter ainda mais as semicolônias. O que impulsiona o intervencionismo militar. Eis um dos seus pontos centrais: *“O capitalismo se encontra na pior crise de sua história desde 1929/30. Estamos diante da destruição massiva de forças produtivas. Não há possibilidade alguma de reformá-lo, humanizá-lo, de impor limites, regras e controles. A voracidade imperialista é incontrolável. Os processos de restauração capitalista na China e Rússia deram um respiro no passado, mas já se esgotaram. O imperialismo exige mais e mais reformas. As massas respondem como podem, geram levantes nacionais, derrubadas de governos, conflitos armados, guerras civis, enormes mobilizações, greves, por detrás das direções e organizações disponíveis. O problema que aparece em todas essas situações é a ausência da direção revolucionária que os conduza à vitória, a resolver pela raiz seus problemas”.*

O documento assinala os perigos dos movimentos de caráter direitista e fascista na Europa, que só poderão ser esmagados pela política e pelos métodos do proletariado. Refere-se às consequências nefastas do estalinismo, da socialdemocracia e do nacionalismo que burocratizaram as organizações sindicais e que ainda se levantam como obstáculos à reconstrução da direção revolucionária.

Conclui: *“O problema dos problemas para a humanidade é a reconstrução de sua direção internacional, do partido mundial da revolução socialista, da IV Internacional”(…) A tarefa do momento é a de construir as seções da IV Internacional, partidos apoiados em um sólido programa internacionalista, que dê resposta aos problemas da revolução em cada país, seguindo o exemplo do POR boliviano que se enraizou nas massas com seu programa, convertendo-se em tradição revolucionária. Este é o trabalho que fazemos desde o Comitê de Enlace pela Reconstrução da IV Internacional (CERQUI)”.*

Uma segunda parte sobre a situação internacional diz respeito à América Latina diante da crise e as perspectivas. O documento neste ponto analisa os reflexos da crise mundial sobre nosso Continente. Demonstra que vêm à tona as antigas contradições e desequilíbrios típicos dos países semicoloniais que em seu entrelaçamento constituem a América Latina. Evidencia o esgotamento do nacionalismo burguês, pela incapacidade das burguesias nacionais de se impor diante da burguesia imperialista e garantir a independência nacional. O proletariado se destaca como a classe revolucionária, devendo conquistar os camponeses pobres e a classe média urbana arruinada para enfrentar a opressão nacional e solucionar os problemas por meio da revolução e ditadura proletárias. Eis a introdução: *“Partimos da premissa de que a economia Latino-americana é parte da economia mundial, sua economia capitalista é atrasada, cujo traço dominante desde*

o México até a Argentina é a economia combinada, entendida como a coexistência do modo capitalista de produção junto a diversas formas de produção pré-capitalista. (...) A América Latina, como no restante do mundo, o desenvolvimento de suas forças produtivas se encontra bloqueada pela sobrevivência da grande propriedade privada burguesa, encarnada pelas multinacionais, que controlam os ramos fundamentais da economia, aos quais se soma a herança do atraso pré-capitalista que impõe a seqüela da baixa produtividade, ineficiência, custos elevados, etc. A persistência das fronteiras nacionais, a divisão do Continente em débeis Estados nacionais diante do imperialismo, se levanta como obstáculo para o desenvolvimento das forças produtivas (...). Conclui: “A crise estrutural da economia latino-americana somente pode ser resolvida pela edificação dos Estados Unidos Socialistas da América Latina, que exproprie e expulse o imperialismo, desenvolva a economia planificada, eliminando os obstáculos derivados da divisão do Continente, divisão ligada aos interesses das respectivas burguesias nacionais”.

O documento não poderia deixar de assinalar a importância fundamental da crise de direção revolucionária, caracterizada pela IV Internacional da época de Trotsky. Considera que a perspectiva da agudização da luta de classes na América Latina favorece a construção dos partidos revolucionários e a luta contra o oportunismo e o centrismo de esquerda. A rica experiência do POR boliviano e o seu patrimônio programático, político e teórico deverão auxiliar na tarefa de reconstruir a IV Internacional, o Partido Mundial da Revolução Socialista.

Nacional

A questão nacional está marcada pelas eleições presidenciais. No entanto, sob a política burguesa de conservação do poder dos capitalistas sobre os explorados, desenvolve-se a aguda luta de classes. É sobre as tendências revolucionárias das massas que a resolução se apoia. O MAS, partido de Evo Morales, e a burocracia sindical traidora procuram “semear ilusões sobre a possibilidade de transformar o país, acabar com a fome, a miséria, o desemprego, a discriminação social, racial, etc. com simples reformas jurídicas e em harmonia com os opressores imperialistas e a burguesia nativa, sem tocar nas bases econômicas sobre o qual se assentam a opressão imperialista e a exploração burguesa”. A experiência dos explorados com esse governo, porém, foram suficientes para não guardarem nenhuma esperança de que se constituirá um novo governo capaz de solucionar os problemas fundamentais do país e dos oprimidos.

A luta do POR contra o governo burguês de Evo Morales, quando praticamente toda a esquerda capitulou, o capacita a se constituir em direção física dos explorados. Esse é um dos sentidos que observamos na resolução. Eis uma das passagens: “O POR assinalou que as massas, durante os últimos anos vêm superando as ilusões que a princípio tinham se abrigado no governo indígena, no entendimento de que este, diferentemente dos governos anteriores da classe dominante, expressaria como legitimidade suas aspirações e resolveria seus problemas mais prementes. Passaram-se poucos anos, os explorados viveram a experiência em sua pele de que o governo indígena é apenas um circunstancial inquilino do Estado e que seu papel é de defender os interesses da classe dominante nativa e das multinacionais imperialistas. Nesta medida, rapidamente o governo foi desmascarado e terminou reprimindo aqueles que o haviam colocado no poder com o seu voto”.

Na presente situação, há uma radicalização de setores da classe média, do movimento indígena e dos trabalhadores diante da política governamental que não tem feito outra coisa senão atender aos

interesses da burguesia boliviana e do imperialismo. O POR constata importantes mudanças na situação política. Diante da agudização da luta de classes e da convulsiva situação política, o partido aprova a defesa do voto nulo. Eis: “Nestas eleições cabe expressar explicitamente nosso repúdio tanto ao partido do governo, por ser impostor e serviço dos opressores e das multinacionais, como aos partidos opositores burgueses tradicionais antinacionais e nossa vontade de lutar por materializar uma verdadeira revolução social que acabe com a exploração e a opressão burguesa mediante o voto nulo”.

O Congresso debateu vivamente as caracterizações do partido sobre a crise mundial e nacional. Reafirmou posições anteriores sobre a necessidade de reconquistar posições no seio do proletariado mineiro e industrial e assumir a frente das lutas que o permitirão desenvolver a estratégia da revolução e ditadura proletárias.

Reunião do Comitê de Enlace

No dia 29, o Comitê de Enlace se reuniu. Iniciou-se pelo informe das seções. Foi aprovado transformar o Jornal Massas especial sobre os 5 anos da morte de Guillermo Lora em um número do boletim do Comitê de Enlace. Para novembro, por sua vez, sairá o boletim, com alguns pontos de pauta já determinados. Em outubro, o Comitê de Enlace publicará uma declaração sobre o aniversário da Revolução Russa. Aprovou-se uma Conferência Internacional para novembro de 2014. O ponto essencial da Conferência será: atualização da tese internacional sobre a crise. Recomenda-se que o estudo das teses sobre a América Latina, escritas por Guillermo Lora para o 3º Congresso Latino-americano. Realizou-se a discussão sobre a situação mundial destacando-se a crise na Ucrânia, Egito e Iraque. Aprovou-se editar três resoluções, abaixo transcritas.

Resoluções sobre a situação internacional

Confirma-se a resolução internacional do Congresso do Comitê de Enlace, realizado em novembro do ano passado. Não se deteve o processo de desintegração do capitalismo em nível mundial, pelo contrário, se amplia e se aprofunda. A ditadura do capital financeiro internacional reforça sua dominação e provoca novas crises. Vem-se rompendo o equilíbrio que as potências imperialistas haviam alcançado depois da Segunda Guerra Mundial. E surgem expressões de barbárie diante da ausência da direção revolucionária, necessária para dirigir a intervenção das massas para uma perspectiva proletária, socialista.

Ucrânia

A crise que se abriu é de enorme importância, indica o avanço da crise mundial. Por detrás do conflito estão os Estados Unidos e a Europa, que pretendem expandir-se incorporando países que antes constituíam a ex-União Soviética. Chocam-se com a Rússia que, em processo de restauração capitalista, não pode perder influência sobre tais territórios. O Comitê de Enlace destacou a importância da bandeira da autodeterminação nacional que não pode ser assegurada pela classe dominante das nações oprimidas. Uma fração da oligarquia ucraniana trabalha pela incorporação da Ucrânia à União Europeia e outra fração por manter relações de subordinação à Rússia, ameaçando dividir e fragmentar o país. Ambas frações são contrárias à autodeterminação. A autodeterminação deve ser reivindicada pela classe operária, recuperando as raízes históricas da unidade nacional conquistada pela revolução proletária e pela república soviética da Ucrânia. A tarefa é derrubar a oligarquia ucraniana e impor uma

Ucrânia soviética de operários e camponeses, unida, livre e independente, estabelecendo um governo operário e camponês. A ausência do partido revolucionário é o principal obstáculo para que o proletariado possa dar essa resposta, uma resposta de classe.

Egito

A sanguinária ditadura burocrático-militar que derrubou o presidente Mursi, que tinha sido eleito nas eleições anteriores, pretende se legitimar por meio de eleições fraudulentas realizadas em maio de 2014. O golpista chefe do exército, Al Sisi, que agora foi instituído como presidente, com apoio do imperialismo, teve como resposta uma abstenção de 60%, apesar das ameaças sobre a população para que fossem votar. A Irmandade Muçulmana, o maior movimento político, foi proscrita nestas eleições e colocada na ilegalidade, 600 militantes foram condenados à morte, milhares à prisão perpétua. Depois da queda de Mubarak foram assassinados mais de 4000 manifestantes e se mantêm 40.000 presos políticos. O Movimento 6 de Abril, um dos que organizou o levante popular contra Mubarak também foi proscrito, as liberdades democráticas foram extintas. Essa é a política do imperialismo para abortar a crise revolucionária aberta em 2011. Nem a farsa eleitoral, nem a brutal repressão conseguirão conter a resistência das massas, que serão empurradas à luta pela crise econômica. O levante popular que acabou com o governo de Mubarak deixa como lição a necessidade imprescindível de constituir uma direção revolucionária, o partido marxista-leninista-trotskista, que possa processar toda essa experiência e orientar os oprimidos, os muçulmanos e não muçulmanos para a conquista do poder de operários e camponeses, destruindo o regime burguês semicolonial.

Iraque

A imprensa burguesa internacional ocultou durante várias semanas a extraordinária crise provocada pela ocupação do norte do Iraque, entre outras, a segunda cidade do país, Mosul, por parte

dos Jihadistas islâmicos sunitas do ISIS (Estado Islâmico do Iraque e grande Síria) que estavam relacionados com Al Qaeda e que têm controlado várias cidades na Síria e que se encontram perto de Bagdá. O exército iraquiano se desintegrou, retirou-se praticamente sem dar batalha diante da ofensiva. Esse avanço provocou uma grande crise no governo dos Estados Unidos, que retirou suas tropas há dois anos e meio, e que foi o responsável pela invasão e ocupação do Iraque (utilizando como desculpa o ataque às Torres Gêmeas), derrubando e assassinando Saddam Hussein. O imperialismo, que colocou o governo títere, agora discute como afastá-lo para constituir um novo governo. As potências negociam como fazer, incorporando outros setores, mas completamente à margem do povo iraquiano. Ao mesmo tempo, o Irã que até ontem estava ameaçado pelos Estados Unidos, se converteu em seu melhor aliado, já que está interessado em impedir o avanço dos setores islâmicos sunitas. À semelhança da Rússia, que vê como um perigo crescente a influência na região do setor islâmico que combate o presidente Al Assad, na Síria, seu aliado. Estabelece-se um processo de desintegração territorial pelo levante árabe, desmoronam-se as fronteiras impostas pela França e Inglaterra no final da 1ª Guerra Mundial e vêm à superfície e com grande força setores ultrarreligiosos. Aqui também se impõe a bandeira da autodeterminação, contra a intervenção das potências que ameaçam a bombardear as zonas conquistadas pelo ISIS e, simultaneamente, estão preparando a mudança de governo. Os povos do levante devem expulsar e rechaçar toda ingerência da Europa, Estados Unidos e Rússia, que têm trabalhado para dividir e opor os povos árabes entre si. A região tem uma importância estratégica para o capitalismo, onde se concentram dois terços das reservas mundiais de petróleo. Trata-se do proletariado mundial denunciar os interesses do imperialismo e levantar a bandeira da revolução socialista como a única via de harmonizar os povos do Oriente Médio e superar as divisões religiosas. Os Estados Unidos Socialistas do Oriente Médio porão fim à opressão imperialista e a toda forma de opressão de classe.

Bolívia – Denunciamos a democracia burguesa como uma impostura e como um disfarce da ditadura de classe

As eleições não solucionam nada! Viva a Revolução!

Nós bolivianos queremos viver como seres humanos e não sobreviver na miséria, enquanto alguns poucos sanguessugas e entreguistas se enriquecem à custa do suor dos trabalhadores operários, camponeses, professores, etc.

Já entrou na arena eleitoral a matilha de sem-vergonhas famintos pelo poder:

O milionário neoliberal radical, Samuel Doria Medina, aliado do partido do lojista governador racista de Santa Cruz, Ruben Costas.

O camaleão desajeitado pelo sementeiro, Juan del Granado, com sua acompanhante de chapa, a riquinha bonita que joga com a política, Adriana Gil.

O tenebroso dueto masista (MAS), Evo Morales-Garcia Linera, que, em seu desespero por se eternizar no poder, não treme a mão para utilizar descaradamente os recursos do Estado e do governo.

A corrupta burocracia sindical que se vendeu ao governo em troca de alguns currais comprometendo gravemente a independência sindical das organizações operárias. Estallini de

Colquiri, Montes de Huanuni, traidores de sua classe já conseguiram a candidatura a senador pelo MAS, ajudando o governo a chantagear os mineiros.

PELA VITÓRIA DO VOTO NULO!!!

NÃO A VELHA DIREITA TRADICIONAL. NÃO À NOVA DIREITA MASISTA, EXPRESSÕES DA BURGUESIA DECADENTE, CORRUPTA, ANTINACIONAL E ANTIOPERÁRIA.

VIVA A INDEPENDÊNCIA SINDICAL DO PROLETARIADO!

COM AÇÃO DIRETA E COM AS TESES DE PULACAYO, LUTEMOS PELO SOCIALISMO!

(Extraído do Jornal Massas, nº 2.362, órgão do Partido Operário Revolucionário da Bolívia)

Bolívia:

A rebelião policial é sinal da decomposição do Estado burguês

Cabe ganhar a tropa policial e os jovens oficiais do exército para o programa revolucionário. Suas reivindicações devem ser incorporadas ao programa da luta dos explorados. O armamento das massas insurretas depende desse trabalho.

Nesse momento, temos dito que o chamado “Estado plurinacional” não tem nada de novo e, ao contrário, não é outra coisa do que a réplica caricaturesca do velho Estado liberal burguês, com todas suas taras e suas manifestações de barbárie.

Os persistentes conflitos protagonizados pelos oficiais de baixa patente e pelas camadas da polícia e do exército são uma demonstração de que o Estado burguês se encontra em plena decomposição, não é mais capaz de satisfazer as necessidades vitais, nem sequer dos organismos encarregados de sua própria segurança.

Em qualquer país do mundo – a lógica elementar nos diz – que a polícia e o exército devem ser grupos repressivos da elite bem atendidos para poder frear as ações das massas levantadas, garantir os interesses da classe dominante e da ordem social estabelecida; isso não ocorre em nosso país e também em outros países são frequentes atos de rebelião e insubordinação. Trata-se de uma das manifestações da crise estrutural do capitalismo, este sistema social que se está desagregando já não tem capacidade para atender a nenhuma das necessidades. Nesse contexto, a decomposição dos aparatos repressivos é o reflexo da decomposição de todo o sistema social.

Os oficiais e as camadas que se revoltam e tomam os centros policiais, de maneira frequente assumem as consignas da luta de todos os explorados, por exemplo, um sargento de carabineiros de La Paz declarou à imprensa que eles exigem do governo o soldo de acordo com o custo necessário para manter uma família, uma consigna equivalente ao “salário mínimo vital”, cunhado já nas Teses de Pulacayo no ano de 1946.

Os que são formalmente encarregados de custodiar o Estado e a sociedade, os encarregados de “fazer cumprir a lei”, recorrem à ação direta (às marchas, aos bloqueios, às ocupações de centros policiais e militares, etc.). Está demonstrando que estes setores recebem a forte pressão dos explorados que, nesse país, fazem da ação direta seu método de luta cotidiano para

exigir do Estado incapaz a solução de seus problemas vitais.

Assim, se demonstra uma vez mais a justeza das teses trotskistas que assinalam que uma das condições da revolução social é a possibilidade, de fraturar e neutralizar o aparato repressivo do Estado. Na Bolívia, já não se trata de uma possibilidade, mas sim de uma realidade cotidiana. Os explorados em geral e os aparatos repressivos estão nas ruas, às vezes unindo-se solidariamente e confluindo seus objetivos de luta, mas o irônico é que está ausente o proletariado, a classe que por sua condição de classe despossuída de toda forma de propriedade e pelo lugar que ocupa no processo da produção tem a missão de dirigir politicamente a nação oprimida para a revolução social. Os mineiros, a tradicional vanguarda proletária, continuam submetidos às chantagens do governo do MAS comprometendo sua independência política e os burocratas sindicais fazendo das intenções no carnaval eleitoral a serviço do oficialismo.

A realidade está desmentindo aos “esquerdistas” mecânicos que em todo uniformizado vêm o verdugo e, desde essa lógica simplista, lhes parece uma heresia apontar as mobilizações desses setores por suas reivindicações sociais e econômicas. Nos momentos de grande tensão social, como no presente, a tropa oficial e os jovens oficiais do exército têm dado mil demonstrações de serem permeáveis às pressões sociais dos explorados e oprimidos do país.

Cabe não só se solidarizar com os uniformizados em rebelião, mas também incorporar suas necessidades no programa de reivindicações do movimento operário e popular. Ganhando-os para o programa revolucionário, teremos resolvido o problema do armamento das massas para os momentos insurrecionais.

(Extraído do Jornal Massas, nº 2.362, órgão do Partido Operário Revolucionário da Bolívia)

Argentina

Declarar o desconhecimento geral da dívida externa, contra os abutres e todos os credores

Não pagamento da dívida externa. Continuar pagando é uma traição à nação. Nenhuma confiança nas negociações do Governo, ou na intervenção do Congresso ou da Justiça. Todos eles são responsáveis pelo saque.

O capital financeiro põe de joelhos o país para impor-lhe o pagamento da dívida, que foi declarada em falência, em dezembro de 2001, que não entrou nos processos de negociação e que exige que se pague o total dos bônus, mais os juros atrasados – uma dívida que, como toda dívida externa, é fraudulenta. A dívida externa tem sido o mecanismo tradicional para levar a riqueza do país e condicionar todos os governos. Abundam os estudos, investigações, denúncias e avaliações que demons-

tram o caráter de sua origem, que empresas fabricaram dívidas e se beneficiaram com sua estatização, que dívidas correspondem aos empréstimos que nunca entraram no país, dívida por juros sobre juros, dívida por comissões dos agentes externos e internos que negociaram a dívida, dívida para facilitar a fuga de capitais, dívida originada por empréstimos à ditadura disfarçados como empréstimos às empresas públicas, etc.

A sentença do juiz Griesa de Nova York habilita a tomar

qualquer ativo do país no exterior para executá-lo e cobrar-se a dívida. Isto se o governo não arruma uma forma de como pagar. A sentença da Justiça norte-americana tem um alto conteúdo político: faz saber às colônias que suas decisões devem ser acatadas, que não se deve dizer que as dívidas com o capital financeiro não se pagarão (ainda que representem uma mínima parte do total dos credores), nem dizer que se mudarão as condições de pagamento aos credores que entraram na permuta.

Como um tribunal dos Estados Unidos tem semelhante poder? Porque os governos argentinos, submetidos ao domínio do capital financeiro, aceitaram a jurisdição de Nova York para resolver todas as controvérsias. Assim como aceitaram o Ciadi como tribunal internacional para resolver os pedidos das multinacionais contra o país. (Nem todos os países da América Latina aceitaram a jurisdição estrangeira para resolver as disputas).

O governo, ao fazer parte do julgamento, reconheceu a legitimidade do Tribunal. Foi tratando de estender o julgamento, com apelações e manobras para ver se conseguia apoios para conseguir uma sentença favorável. Teve a ilusão de que conseguia um bom resultado, por isso cometeu erros, em sua estratégia, que acabaram fortalecendo os fundos abutres. Agora que a sentença é totalmente adversa e não há mais instâncias de apelação, o governo se encontra em um beco sem saída.

O governo atual continua como os anteriores. Ainda que a dívida monumental e impagável tenha se originado a partir da ditadura militar e os governos democráticos que se seguiram, o governo a legitimou ao reconhecê-la para entrar na transação e renegociar como pagá-la. O governo tem maioria absoluta no Congresso para abrir uma investigação sobre a origem fraudulenta de toda a dívida, para suspender o pagamento, para rechaçar as jurisdições legais nos países imperialistas. E havia sentenças judiciais para se apoiar. Nada disso se realizou. Ao contrário, o governo kirchnerista é o que mais pagou a dívida externa, destinando todos os recursos para esse objetivo, 173.733 bilhões de dólares, segundo declarou a presidente. Esta foi a linha mestra. C. Kirchner se vangloria dizendo que “somos pagadores sequenciais”. E a cada pagamento foi apresentado como uma conquista que libertava a Nação das cadeias do capital internacional. Assim também foi apresentado o pagamento a vista de \$10.000 bilhões de dólares ao FMI por Néstor Kirchner.

Todo esse dinheiro dava para construir 3 milhões de casas, financiar a exploração das jazidas petrolíferas, financiar a reabertura de linhas ferroviárias e a produção de todo o equipamento que necessitamos, e muito mais. Todos esses recursos foram transferidos para o exterior e, agora, o governo mendiga dólares para recompor as reservas a qualquer preço.

O governo e vastos setores empresariais tinham confiança que se poderia obter uma sentença favorável para a Argentina, que não a empurrariam à falência, que provocaria sérios problemas no sistema financeiro internacional, porque fechava as portas para futuras renegociações de dívidas de países que estão encurralados e em situação de não pagamento.

A burguesia colonizada, (os empresários, seus políticos, seus governos) se submete integralmente às ordens do império. Querem honrar a dívida, negociar o inegociável, pagar como pode inclusive o estipulado se assim o exigem (declarações de Macri).

Aparece, por trás desse conflito, uma disputa entre frações do capital financeiro internacional e entre frações da burguesia local. Mas, o que importa essencialmente, é que é um conflito entre o imperialismo, opressor, e a nação oprimida, que é saqueada e continuará carregando sobre suas costas o peso das negociações dos governos. Este é o maior escândalo de corrupção do país! As denúncias e sentenças judiciais contrárias ao pagamento da dívida externa foram desconhecidos, as denúncias sobre as negociações foram arquivadas. Todos são cúmplices do saque contra a Nação, que todos acabam pagando. Por isso, não há que depositar a mínima confiança nas negociações que levam adiante ou pretendem levar adiante a partir desses setores. Em mãos do governo e de sua oposição patronal caminhamos para uma nova entrega, que pode ter consequências desastrosas para o país.

A todos aqueles que têm ilusões na presidência de Obama, ou nos setores internos dos Estados Unidos que teriam uma visão crítica diante de Griesa e dos fundos abutres, sempre devemos lembrar que os Estados Unidos são um país imperialista, opressor, e portanto inimigo da Argentina. Organizou e financiou os golpes militares e é o responsável pela repressão genocida da última ditadura. O general Galtieri, sua ditadura, e vastos setores burgueses, também tiveram ilusões de que os Estados Unidos acompanhariam sua aventura nas Malvinas – em agradecimento pelo papel jogado pelos militares argentinos na repressão local e em toda a América Latina -. Pelo contrário, os Estados Unidos jogaram um papel decisivo para acompanhar a Inglaterra na resposta militar. Cada vez que intervieram para “ajudar” a resolver a dívida externa, resolveu-se exclusivamente a favor do capital financeiro, hipotecando o futuro argentino, apropriando-se dos ativos mais valiosos do país. Assim foram os planos Baker/Brady, as transações, blindagem, etc.

Esse problema da dívida externa tem uma origem alheia à classe operária. É produto da classe podre e decomposta, que é a burguesia, submetida ao imperialismo, uma classe parasitária e corrupta até a medula. Dessa corrupção monumental, os meios de comunicação não falam. Mas esse problema nos afeta porque sempre temos carregado sobre nossas costas, se refletirá em novos ajustes e tarifas que deteriorarão ainda mais a economia e nos afeta porque somos a única classe capaz de acabar de uma vez por toda com essa história. Não podemos ser indiferentes e pensar “que se entendam entre eles”. Isso se faz somente com nossa própria política e métodos de luta. As forças que se reivindicam de esquerda, anti-imperialista, devem mobilizar-se para exigir que não se pague toda a dívida externa. Os sindicatos, as centrais sindicais devem tomar medidas de ação contra esta política. Não há outra alternativa. As “soluções” que ensaiam a burguesia terão consequências desastrosas para a maioria.

Somente a classe operária, dirigindo o conjunto dos oprimidos pode enfrentar consequentemente o imperialismo e libertar a nação de toda a opressão colonial. A burguesia, em todas as expressões, é uma classe antinacional, que se rendeu e continua atada dos pés e mãos ao amo imperial, facilitando o saque. O destino da Nação não deve continuar em suas mãos.

Somente haverá soberania nacional quando rompermos todas as cadeias que nos atam ao imperialismo, no terreno financeiro, econômico, diplomático, militar.

Fora o imperialismo! Nacionalização de todos os bancos

e do comércio exterior, sem pagamento. Golpear em primeiro lugar todos os interesses norte-americanos no país.

. Desconhecimento de toda a dívida externa.

. Desconhecimento das sentenças dos tribunais do Ciadi e de Nova York.

. Investigação de todas negociações da dívida externa, expropriar todos os grupos que têm potenciado, aproveitando a dívida externa, estatizando as dívidas. Punição exemplar a todos os funcionários responsáveis pela entrega do patrimônio. Todos eles são traidores.

Iraque

Avança a balcanização do Oriente Médio pelos métodos imperialistas

A guerra civil está configurada no Iraque. Nela atua o imperialismo, rodeado pelas serviçais burguesias árabes e judia, potenciando a redefinição das fronteiras nacionais segundo seus interesses. Essas desagregadoras forças políticas e econômicas estão determinadas pelo recrudescimento das tendências bélicas que expressam o esgotamento da divisão do mundo, tal qual este se configurou depois da Segunda Guerra Mundial. Os choques resultantes da rebelião das forças produtivas contra as fronteiras nacionais - as forças produtivas mundiais se acham condicionadas pela forma monopolista - se projetam para o campo do intervencionismo imperialista e das guerras.

O Estado Islâmico do Iraque e o Levante (EIL) - agora denominado Estado Islâmico (EI) - comparece como uma expressão da resistência das massas contra a opressão imperialista e o governo títere de Bagdá. Ao colocar-se sob a ideologia reacionária teocrática, acaba por manifestar-se como uma expressão política dos interesses das forças burguesas, sejam estas saudistas, egípcias, turcas, iranianas ou até mesmo judias. Israel e Turquia, por exemplo, apoiam a proclamação de um estado autônomo do Kurdistão, no norte do Iraque, e se aproveitam da decomposição do estado iraquiano para exigir sua independência. A Turquia apoia a medida, já que por seu território se exporta e transporta o petróleo bruto da região a despeito das autoridades iraquianas (quase metade do petróleo iraquiano se explora no território curdo). Enquanto para Israel, isso serviria de bloqueio às pressões sauditas que centralizam e determinam a existência do petróleo regional. Ao mesmo tempo em que fortaleceria seu controle sobre o transporte de gás e petróleo para a Europa, uma vez que os capitais israelenses se direcionam em abundância para as linhas de gasodutos que atravessam a região do Kurdistão iraquiano.

No entanto, o imperialismo norte-americano pretende que esse processo permaneça sob seu controle. Uma escalada de conflitos étnicos ou nacionais pode comprometer os esforços financeiros e militares do imperialismo no preciso momento em que reconcentram forças e recursos para cercar a Rússia e China. Neste sentido, deve-se compreender as palavras do Secretário de Estado norte-americano, John Kerry, que “adverteu” os governos do Oriente Médio quanto a novas ações militares no Iraque que pudessem intensificar as divisões sectárias. Tendência essa que, no entanto, vem se confirmando.

Comboios de armas sauditas cruzam a fronteira do Iraque

. Promover a solidariedade de todos os oprimidos da América Latina e do mundo com essa causa. Numerosos países vivem sufocados pelo peso da dívida e pela pressão do capital financeiro que tem apoderado das economias e dirige os governos. Pouco servem as declarações, os discursos, os princípios que se adotam nas convenções impotentes dizendo o mal que são Griesa e os abutres. O que faz falta é uma ação firme, direta, concreta, contra os interesses do imperialismo. Basta de palavras!

(Extraído do Jornal Massas, nº 290, órgão do Partido Operário Revolucionário da Argentina)

(sob a proteção de sua força aérea), no distrito de AL-Qaim, perto da fronteira com a Síria, para armar o EI. Do Irã, chegam a Bagdad pelotões das brigadas Al-Quods para combater ao lado do governo o EI. Ao mesmo tempo, aviões de combate sírios atacam as pistas aéreas de Anbar, onde os transportes aéreos sauditas descarregam material bélico para fortalecer a capacidade de combate do EI. Washington confirmou que em 25 de junho foram realizados ataques aéreos sírios na “*na província de Anbar*” contra o objetivo do EI.

Como se vê, a divisão de um país qualquer, no caso o Iraque, serve de teatro de operações a interesses das frações burguesas em disputa pelo controle da existência, exploração e transporte do petróleo e gás. A criação de um extemporâneo “Califado Islâmico” pelo EI não passa de uma nova medida pela qual se desenvolverão, em escala ampliada, os conflitos interburgueses na região. O Iraque se converteu na arena onde se chocam os países da região em luta por submeter regiões inteiras a seus interesses, tendo por cima o imperialismo norte-americano. Nesse sentido, o EI não passa de um subproduto do intervencionismo e da guerra civil na Síria, impulsionada pelo imperialismo. Há que se considerar que o Iraque foi desmantelado pela guerra de intervenção dos Estados Unidos. Os movimentos radicalizados expressam, em última análise, os choques das nacionalidades oprimidas contra seus opressores. Mas acabam submetidos aos interesses das frações burguesas em pugna. Diante da ausência da direção revolucionária, as tendências à rebelião das massas acabam expressando-se, deformada e reacionariamente, como luta étnica ou religiosa. E por isso subordinadas aos interesses gerais do imperialismo.

Isso explica, por exemplo, porque o legítimo direito à autodeterminação nacional dos curdos, a sua completa separação e criação de um Estado independente, compareça, nos fatos, como um campo de manobra do imperialismo e de seus agentes burgueses nacionais.

Para que a rebelião dos oprimidos do Oriente Médio possa se projetar no campo da luta de classes - como mobilização nacional das massas exploradas e oprimidas sob as bandeiras e os métodos da revolução proletária - deve confluir para uma frente única anti-imperialista. E avançar na tarefa de constituir um governo operário e camponês em cada país como elos nacionais da necessária unidade regional, que será conquistada com os Estados Unidos Socialistas do Oriente Médio.

Novo ataque israelense contra a Palestina

Derrotar a ofensiva sionista-imperialista!

Que a população explorada e oprimida do Oriente Médio se unifique, ocupe as ruas e se arme para enfrentar o expansionismo sionista! Que a classe operária internacional apoie a luta do povo palestino pela sua emancipação nacional do domínio imperialista!

Mais uma vez o Estado de Israel demonstra que a sobrevivência desse enclave imperialista e o da burguesia judia implica ampliar o expansionismo com novas intervenções militares e ocupações.

Benjamín Netanuahu autorizou a invasão da Faixa de Gaza. Apelidada de “Margem de Proteção”, a operação militar propõe-se a destruir as bases do Hamas, sob pretexto de buscar e punir os responsáveis pelo sequestro e assassinato de três jovens judeus, na semana passada. O ataque foi precedido pela declaração de fim do processo de negociação da paz, dias após que o Al-Fatah (da Autoridade Nacional Palestina – ANP) e Hamas chegaram a um acordo para constituição de um governo de unidade nacional. Este acordo seria reforçado mediante eleições em janeiro de 2015.

É um fato que a unificação palestina será um freio às permanentes manobras israelenses para enfrentar uma fração nacionalista contra a outra, debilitando a capacidade palestina de conseguir a sua unidade nacional e um Estado Palestino. Desta vez, o sequestro de três adolescentes judeus e seu posterior assassinato servem a Israel como cínica máscara para perpetrar mais um passo do seu expansionismo colonialista. Auxiliada pelos Estados Unidos, a burguesia judia expandiu historicamente suas fronteiras ocupando territórios palestinos. A suposta autodefesa diante da “selvageria do terrorismo islâmico” é uma fraude. A ocupação de terras por colonos judeus e as invasões militares para deter a resistência do povo palestino à usurpação do seu território são duas faces da mesma moeda. A operação “Margem de Proteção” é mais uma manobra, dentre tantas, para afogar a capacidade de autodefesa dos palestinos. “Margem de Proteção” veio após a “Operação Chuva Grossa”, em 2008, que matou 1.400 palestinos e, depois de “Chumbo Fundido” e “Pilar de Defesa” que, entre 2010 e 2012 massacraram centenas de palestinos.

O acordo de unificação entre Al-Fatah (braço da Organização para a Libertação da Palestina OLP) e o Hamas foi desenhado pelos Estados Unidos. Pretende-se, assim, reforçar o pacto celebrado com o Irã, que deve se traduzir, por sua vez, num acordo sobre a futura divisão da Síria e o Iraque. Entretanto, a unificação pressupõe condições para o estabelecimento de um Estado Palestino. E é contra esta possibilidade que o estado sionista responde com a violência militar. Mesmo que raquítico, um Estado Palestino constituiria um campo fértil para a unificação das forças sociais que podem levantar um bloqueio à ingerência externa do imperialismo na região. A luta pela autodeterminação encontraria um novo terreno para transformar-se, pelo seu conteúdo e interesses, em luta anti-imperialista.

E a esta perspectiva se opõem as burguesias árabes e judias. A respeito da Palestina, na mesma trincheira está Al-Sisi, presidente egípcio e a feudal-burguesia saudita. Esta comunidade de interesses se espelha também no interior do Iraque.



Sua divisão em pequenos estados etnicamente homogêneos facilitaria os negócios e manobras imperialistas. É por isso que Israel apoia a formação de um estado curdo ao norte do Iraque, a partir do qual gerenciaria seus negócios na Síria, no norte do Iraque e na Turquia, como base de exploração e transporte de gás e petróleo para Europa.

Assistimos dessa forma a uma redivisão do mundo que se opera pela via do intervencionismo imperialista, camuflada por detrás dos interesses das feudal-burguesias árabes e da burguesia judia. Para isso, as massas palestinas deveriam renunciar a conquistar o seu direito de constituir-se numa nação e ter seu estado. É precisamente a resistência a este plano que vem se chocando com o poder sionista-imperialista.

A estratégia revolucionária para a situação consiste na defesa da unidade dos explorados e no armamento das massas para derrotar o sionismo e o imperialismo. Nem o Hamas, nem a Autoridade Palestina se dispõem a organizar o povo palestino em armas. O avanço das maiorias oprimidas em direção à autodeterminação das nacionalidades semicoloniais do Oriente Médio coincide com a estratégia do proletariado de liquidar a opressão imperialista e a opressão de classe.

As feudais-burguesias árabes e a ANP estão caducas, historicamente, para encabeçar a tarefa de destruir o Estado sionista e conquistar uma Palestina unificada, pois, isto implica a constituição da Frente Única Anti-imperialista para expulsar o imperialismo. A unidade da nação oprimida só poderá ser conquistada sob o programa e a estratégia da revolução proletária. Para que as massas se emancipem e percorram o caminho da resolução das tarefas democráticas pendentes terão antes de derrotar o imperialismo e acabar com ele destruindo suas bases materiais.

O Comitê de Enlace pela Reconstrução da IV Internacional se pronuncia pela derrota do Estado sionista e a unidade palestina sob o Estado Socialista. Reconstruir a IV Internacional é um passo decisivo para materializar a unidade palestina sob o governo operário e camponês.